

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA
Curso de Graduação em Administração – GADM

**Impactos da Recuperação Judicial no Comportamento Financeiro dos
Funcionários de Empresas em João Pessoa/PB**

THYAGO CHRISTIAN CAVALCANTE NÓBREGA

João Pessoa
Julho 2026

THYAGO CHRISTIAN CAVALCANTE NÓBREGA

**Impactos da Recuperação Judicial no Comportamento Financeiro dos
Funcionários de Empresas em João Pessoa/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no modelo Artigo Científico como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Bacharel em Administração, pelo Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba / UFPB.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Pilar da Silva
Júnior

João Pessoa
Julho/2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N754i Nobrega, Thyago Christian Cavalcante.

Impactos da recuperação judicial no comportamento financeiro dos funcionários de empresas em João Pessoa/PB / Thyago Christian Cavalcante Nobrega. - João Pessoa, 2026.

72 f. : il.

Orientação: Cláudio Pilar da Silva Júnior.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Finanças comportamentais. 2. Recuperação judicial. 3. Comportamento financeiro. 4. Insegurança financeira. I. Silva Júnior, Cláudio Pilar da. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 658 (043)

Folha de aprovação

Trabalho apresentado à banca examinadora como requisito parcial para a Conclusão de Curso do Bacharelado em Administração

Aluno: Thyago Christian Cavalcante Nóbrega

Trabalho: Impactos da Recuperação Judicial no Comportamento Financeiro dos Funcionários de Empresas em João Pessoa/PB

Área da pesquisa: Finanças

Data de aprovação: 30/07/2026

Banca Examinadora



Documento assinado digitalmente
CLAUDIO PILAR DA SILVA JUNIOR
Data: 04/08/2026 20:25:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Cláudio Pilar da Silva Júnior
Orientador



Documento assinado digitalmente
CAMILA CRISTINA RODRIGUES SALGADO
Data: 05/08/2026 13:44:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Camila Cristina Rodrigues Salgado
Membro 1



Documento assinado digitalmente
ROSIVALDO DE LIMA LUCENA
Data: 05/08/2026 06:21:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Rosivaldo de Lima Lucena
Membro 2

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a toda a minha família. Em especial à minha esposa, Rosa, que esteve ao meu lado a todo o momento. Aos meus pais, por todo o apoio. E à minha filha, Lis, que tornou tudo mais alegre desde que chegou.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela força e discernimento para concluir esta jornada.

A todos os meus professores da UFPB, pelo conhecimento compartilhado. Em especial, ao meu orientador, Professor Dr. Cláudio Pilar da Silva Júnior; ao Professor Dr. Nelsio Rodrigues de Abreu; ao Professor Dr. Wenner Glaucio Lopes Lucena; ao Prof. Dr. Rosivaldo de Lima Lucena; à Profa. Dra. Camila Cristina Rodrigues Salgado e à Profa. Me. Thatiane Oliveira da Silva.

Aos meus colegas de sala que colaboraram diretamente com o meu aprendizado e tornaram os dias mais leves, em especial a Andrezza, Bruna, Maria Luiza, Maria Soraya, Talyta, Vinicius e Vitor.

A todos os trabalhadores da UFPB, desde os terceirizados até os servidores, que juntos fazem a universidade funcionar. Agradeço imensamente aos profissionais da Coordenação de Administração e aos servidores da Pró-Reitoria de Administração (PRA), por terem me acolhido na minha primeira oportunidade de estágio, em especial a Giulliana, Jaqueline e Nathália.

Aos companheiros que fiz no ambiente de trabalho, pela parceria diária e pelo aprendizado constante, em especial a Adna, Bruno, Fabio e Marcelino.

Aos grandes amigos que fiz desde os tempos de IFPB e com quem compartilhei o sonho universitário: Eric, Felipe, Haiana, Julio, Lucas, Mario e Matheus.

Aos padrinhos de Lis, Caio e Waléria, por serem uma verdadeira fonte de inspiração.

A toda a minha família, por todo o suporte, em especial aos meus avós Manoel e Valdete; aos meus pais Gilmar e Monica; aos meus sogros Antônio e Vera; e aos meus irmãos João e Matheus.

Um agradecimento profundamente especial à minha esposa, Ana Rosa, sempre esteve ao meu lado, sem ela este trabalho não teria acontecido; À minha filha, Lis, que me fez enxergar o mundo com novos olhos, que alegra a todos por onde passa e me deu forças para continuar.

E a todos que, de forma direta ou indireta, torceram por esta vitória, o meu muito obrigado.

EPIÍGRAFE

A calamidade é a oportunidade para a
virtude

- Sêneca (1928, p. 26, tradução própria)

DECLARAÇÃO SOBRE O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Eu, Thyago Christian Cavalcante Nóbrega, declaro, para os devidos fins, em conformidade com a Política de Integridade Acadêmica e Científica da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), instituída pela Resolução CONSEPE nº 57/2025, que o presente Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: Impactos da Recuperação Judicial no Comportamento Financeiro dos Funcionários de Empresas em João Pessoa/PB. **Utilizou ferramentas de inteligência artificial generativa de forma limitada e exclusivamente como apoio técnico, sem substituição da autoria intelectual do autor, nos seguintes termos:**

- Revisão linguística e ortográfica (correção gramatical, estilo e coesão textual);
- Apoio à estruturação e organização textual (sumários, tópicos, padronização);
- Síntese preliminar de textos ou notas previamente selecionados pelo autor;
- Não houve utilização de inteligência artificial para geração de conteúdo original, ideias, interpretações, análises ou conclusões no desenvolvimento deste trabalho;
- Não foram inseridos dados inéditos ou sensíveis em serviços de inteligência artificial que utilizem tais informações para treinamento de modelos, exceto quando realizados em plataformas institucionais ou em serviços que garantam, contratualmente, confidencialidade e não retenção de dados, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e demais normas aplicáveis de proteção de dados;
- Foram respeitados integralmente os direitos autorais, licenças de uso, confidencialidade de informações e políticas editoriais das fontes consultadas;
- Nos casos de transcrição de conteúdos, foi assegurada a anonimização dos dados e vedada qualquer forma de identificação por voz, biometria ou outros meios de reconhecimento;
- O autor declara assumir responsabilidade integral, exclusiva e intransferível por todo o conteúdo final apresentado nesta obra.

João Pessoa, 31 de julho de 2026

Documento assinado digitalmente



THYAGO CHRISTIAN CAVALCANTE NOBREGA

Data: 03/08/2026 21:39:16-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do autor: _____

RESUMO

Esta pesquisa analisou os impactos da recuperação judicial no comportamento financeiro dos funcionários de empresas em João Pessoa/PB. O estudo é descritivo, de abordagem quantitativa e corte transversal, realizado por meio de *survey* com itens do tipo Likert de cinco pontos. A amostra não probabilística, formada por conveniência, reuniu 23 funcionários de três empresas. Os participantes associaram o contexto de recuperação principalmente a maior controle dos gastos e cautela diante de novas dívidas, acompanhados de ansiedade financeira e receio de desemprego. O índice descritivo dos impactos da recuperação alcançou 65,9%, o maior entre os três blocos, e 73,9% dos respondentes foram classificados em concordância. Na comparação hierárquica, os impactos percebidos foram semelhantes entre auxiliares e assistentes ($n = 15$) e analistas e gerentes ($n = 8$): 73,3% ($n = 11$) e 75,0% ($n = 6$) de concordância, com índices médios de 65,8% e 66,1%, respectivamente. Os maiores contrastes apareceram no comportamento financeiro pessoal, com 80,0% ($n = 12$) no primeiro grupo e 50,0% ($n = 4$) no segundo, e na avaliação da gestão empresarial, com 80,0% ($n = 12$) e 37,5% ($n = 3$), respectivamente. Também foram observadas fragilidades na reserva de emergência e na capacidade de poupança. Os achados oferecem um panorama inicial do grupo estudado e reforçam a utilidade das finanças comportamentais para interpretar decisões sob incerteza, sem permitir inferências causais ou generalizações.

Palavras-chave: finanças comportamentais; recuperação judicial; comportamento financeiro; insegurança financeira.

ABSTRACT

This study analyzed the impacts of judicial reorganization on the financial behavior of employees of companies in João Pessoa, Paraíba. The research is descriptive, quantitative, and cross-sectional, and was conducted through a survey using five-point Likert-type items. The non-probability convenience sample comprised 23 employees from three companies. Participants associated the reorganization context mainly with greater control over spending and caution toward new debt, together with financial anxiety and fear of unemployment. The descriptive index of perceived impacts reached 65.9%, the highest among the three dimensions, and 73.9% of respondents were classified in the agreement category. In the hierarchical comparison, perceived impacts were similar among auxiliary and assistant-level employees ($n = 15$) and analyst and managerial-level employees ($n = 8$): 73.3% ($n = 11$) and 75.0% ($n = 6$) agreement, with mean indices of 65.8% and 66.1%, respectively. The largest contrasts appeared in personal financial behavior, with 80.0% ($n = 12$) in the first group and 50.0% ($n = 4$) in the second, and in assessment of company management, with 80.0% ($n = 12$) and 37.5% ($n = 3$), respectively. Weaknesses in emergency savings and in the ability to save were also observed. The findings provide an initial overview of the group studied and reinforce the usefulness of behavioral finance for interpreting decisions under uncertainty, without supporting causal inferences or generalizations.

Keywords: behavioral finance; judicial reorganization; financial behavior; financial insecurity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Distribuição do comportamento financeiro pessoal	38
Figura 2 — Distribuição da avaliação da gestão empresarial	39
Figura 3 — Distribuição dos impactos da recuperação no comportamento financeiro.....	39
Figura 4 — Comparação dos índices temáticos por perfil	40

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Resumo das empresas em RJ de João Pessoa, Paraíba.....	17
Quadro 2 — Perguntas e blocos temáticos.....	32
Quadro 3 — Objetivos da pesquisa e as análises dos resultados.....	33
Quadro 4 — Comportamento financeiro por perfil	40
Quadro 5 — Avaliação da gestão empresarial por perfil	41
Quadro 6 — Impactos da RJ por perfil	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Caracterização sociodemográfica e profissional da amostra	34
Tabela 2 — Distribuição dos respondentes por faixa de renda e gênero	34
Tabela 3 — Distribuição dos respondentes por gênero e nível hierárquico	35
Tabela 4 — Estatísticas descritivas das respostas ao questionário.....	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCSA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CEEIA	Comissão Especial para Estudos sobre Inteligência Artificial
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
GADM	Graduação em Administração
IFPB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
JUCEP	Junta Comercial do Estado da Paraíba
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
MEI	Microempreendedor Individual
PB	Paraíba
PRA	Pró-Reitoria de Administração
RJ	Recuperação Judicial
STJ	Superior Tribunal de Justiça
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Contextualização e Problema de Pesquisa.....	15
1.2 Objetivos.....	19
1.2.1 Objetivo Geral	19
1.2.2 Objetivos Específicos	19
1.3 Justificativa.....	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1 A Recuperação Judicial	22
2.2 Finanças comportamentais	26
3 MÉTODO	30
3.1 <i>Survey</i>	31
3.2 Análise.....	33
4 RESULTADOS	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICE A.....	50
APÊNDICE B.....	51
APÊNDICE C.....	61
APÊNDICE D.....	71

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e Problema de Pesquisa

O ‘caso Americanas’ ampliou a visibilidade da recuperação judicial no debate público. A companhia submeteu ao processo cerca de R\$ 42 bilhões de um endividamento superior a R\$ 50 bilhões (G1, 2026) e, posteriormente, pediu o encerramento da recuperação sob a alegação de ter cumprido as obrigações previstas no plano. A administração judicial e o Ministério Público manifestaram-se favoravelmente ao pedido, enquanto parte dos credores apontou pendências e falhas no cumprimento das condições pactuadas (PODER360, 2026). O contraste mostra que o encerramento formal de uma recuperação pode continuar cercado por disputas quanto à execução do plano. Embora ajude a tornar o instituto mais conhecido, esse caso não deve ser confundido com a definição da recuperação judicial. O procedimento não apaga as dívidas nem garante, por si só, a preservação da empresa. Ele organiza, sob supervisão judicial, uma negociação coletiva entre a devedora e seus credores, com o objetivo de viabilizar a superação da crise, preservar a atividade produtiva e os empregos e resguardar os interesses dos credores (Brasil, 2005, art. 47). Esse papel torna-se especialmente relevante em um cenário no qual os pedidos permanecem acima do padrão histórico, apesar da desaceleração recente de seu crescimento apontado pelo levantamento do Serasa (Serasa Experian, 2026). A fonte sintetiza esse cenário nos seguintes termos:

Entre 2023 e 2025, o conjunto de empresas ativas, excluindo MEI, manteve uma trajetória consistente de expansão. [...]. No mesmo intervalo, a quantidade de empresas que requereram recuperação judicial seguiu um movimento diferente. Após o salto de 36,2% em 2023, o indicador desacelerou, mas permaneceu em um patamar elevado, registrando altas de 26,4% em 2024 e 12,9% em 2025. O quadro sugere normalização do uso do instrumento em um ambiente ainda de crédito seletivo e inadimplência elevada, com o nível anual de recuperações permanecendo acima do padrão histórico, embora com menor pressão marginal do que em 2023 e 2024 (Serasa Experian, 2026).

Ainda analisando a variação histórica dos pedidos de recuperação, o Superior Tribunal de Justiça informou que, entre junho de 2005 e maio de 2018, o Brasil registrou 10.286 pedidos de recuperação judicial e 31.128 pedidos de falência; dos pedidos de recuperação, 8.159 foram deferidos (Brasil, 2018b). Isso corresponde a cerca de 66 pedidos de recuperação por mês e a aproximadamente 79,3% de deferimentos no período. Posteriormente, a pandemia de Covid-19 agravou um ambiente econômico já instável, atingindo com maior intensidade micro e pequenas empresas e exigindo adaptações no tratamento jurídico da crise (Lopes; Silva, 2025).

Apesar das diferenças entre os períodos e as fontes consultadas, os dados indicam que a recuperação judicial deixou de ser um episódio excepcional no ambiente empresarial brasileiro. Para compreender esse movimento, é importante distinguir uma crise econômico-financeira (marcada por dificuldades de caixa, endividamento e restrição de financiamento) da simples ocorrência de prejuízo contábil em um exercício. Essa distinção também ajuda a interpretar o cenário paraibano.

Na Paraíba, o movimento também se tornou mais visível. Segundo o Tribunal de Justiça da Paraíba, a Vara de Feitos Especiais da Comarca de João Pessoa registrou aumento das demandas de recuperação judicial após a pandemia, em linha com a deterioração econômica observada no período (Paraíba, 2022). O próprio tribunal descreveu esse movimento da seguinte forma:

A Vara de Feitos Especiais da Comarca de João Pessoa tem a competência privativa para apreciar e julgar processos relacionados à Falência e Recuperação Judicial. Funcionando no Fórum Cível da Capital, possui, atualmente, em seu acervo, em torno de 250 feitos relacionados à matéria. No auge da pandemia do novo coronavírus, por conta da crise econômica, muitas empresas, inclusive paraibanas, acabaram entrando em falência. Pós-pandemia, a unidade judiciária tem registrado um aumento nas demandas de recuperação judicial (Paraíba, 2022).

Em termos práticos, a crise econômico-financeira aparece quando a empresa perde a capacidade de equilibrar a geração de caixa, o vencimento das obrigações e a necessidade de financiamento, mesmo que ainda mantenha atividades, ativos e possibilidade de recuperação. Ela pode decorrer da combinação de fatores internos, como estoques inadequados, endividamento e decisões de gestão, com fatores externos, como redução da demanda, juros elevados e restrição de crédito (Silva; Sampaio; Gallucci Netto, 2018). Essa distinção também condiciona a petição inicial. A Lei nº 11.101/2005 exige a exposição das causas concretas da situação patrimonial e das razões da crise econômico-financeira, criando uma ligação direta entre diagnóstico, viabilidade e proposta de reestruturação (Brasil, 2005, art. 51).

Em João Pessoa, havia pouco mais de 70 mil CNPJ ativos em junho de 2026, excluídos os microempreendedores individuais e as filiais; nesse universo, o levantamento realizado para esta pesquisa identificou 19 registros associados à situação de recuperação judicial (Brasil, 2026).

Quadro 1 — Resumo das empresas em RJ de João Pessoa, Paraíba

Ramo	Quantidade	Tempo médio de abertura em anos	Tempo de abertura (min. - máx.) em anos	Capital Social médio por CNPJ (R\$)	Capital Social total somado (R\$)
Construção	11	20	12 – 39	972.688,64	10.699.575,00
Comércio	5	21	7 – 32	464.000,00	2.320.000,00
Seguros	1	49	49	2.103.623,00	2.103.623,00
Fabricação	1	12	12	100.000,00	100.000,00
Cinema	1	9	9	10.000,00	10.000,00

Fonte: Brasil (2026).

O levantamento utilizou a base pública do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), referente a junho de 2026 e disponibilizada no Portal de Dados Abertos (Brasil, 2026). As informações foram extraídas pela plataforma EmpresAqui, com filtros para a Paraíba e o município de João Pessoa e exclusão de microempreendedores individuais e filiais. Houve maior recorrência de empresas da construção, seguidas pelo comércio, com idades entre 7 e 49 anos. A relação detalhada dos CNPJ consta no Apêndice A. Para comparação, o relatório gratuito da Junta Comercial do Estado da Paraíba (JUCEP) listava 33 empresas em recuperação no estado e, com os mesmos filtros de cidade e filiais, apenas dois CNPJ em João Pessoa (Paraíba, 2026).

A diferença entre as bases consultadas recomenda cautela na leitura do número absoluto de empresas em recuperação. Mais do que definir um total definitivo, o levantamento permite delimitar o cenário local e demonstrar que o instituto alcança organizações de diferentes idades e ramos de atividade. Esse recorte também reforça a necessidade de explicitar a data, os filtros e os critérios utilizados na consolidação dos CNPJ.

Este trabalho situa-se na interseção entre recuperação judicial, gestão de pessoas e finanças comportamentais. A recuperação judicial (RJ) organiza a superação da crise econômico-financeira de empresas viáveis, buscando conciliar a continuidade da atividade, a preservação dos empregos e os interesses dos credores (Brasil, 2005). Contudo, o procedimento não encerra a crise nem assegura a recuperação do negócio: a continuidade depende da viabilidade da operação, da qualidade do plano e da capacidade gerencial de transformar o diagnóstico em decisões concretas.

Por essa razão, o estudo concentra-se nas afirmações reconhecidas pelos participantes, sem atribuir à recuperação a causa exclusiva de suas decisões. O recorte de João Pessoa/PB aproxima a discussão da realidade local e conduz ao seguinte problema de pesquisa: **quais os impactos da recuperação judicial no comportamento financeiro dos funcionários?**

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar os impactos da recuperação judicial no comportamento financeiro dos funcionários.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Verificar as alterações percebidas no comportamento financeiro dos funcionários associadas à recuperação judicial.
- Avaliar os indicadores de insegurança financeira percebida pelos funcionários.
- Comparar a percepção dos impactos entre diferentes níveis hierárquicos.

1.3 Justificativa

A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender a recuperação judicial além de seus efeitos processuais e patrimoniais. Embora a legislação busque preservar a atividade, os empregos e a função social da empresa (Brasil, 2005, 2018b), sua execução depende das pessoas que sustentam a operação. Investigar a percepção financeira dos funcionários acrescenta uma dimensão humana à reestruturação, especialmente em João Pessoa/PB, onde se registrou maior presença dessas demandas após a pandemia (Paraíba, 2022; Brasil, 2026).

Academicamente, o estudo aproxima campos tratados com ênfases distintas: a literatura sobre recuperação judicial privilegia rito, viabilidade, plano e capacidade gerencial, enquanto as finanças comportamentais analisam racionalidade limitada, emoções, vieses e práticas individuais (Freitas; Cunha, 2025; Smith; Volpe, 2024; Cruz; Prado; Carvalho, 2023). Ao examinar a passagem da crise organizacional para a experiência financeira dos trabalhadores em um recorte local, oferece um panorama inicial para pesquisas posteriores mais amplas, sem pretensão de generalização.

No âmbito prático e empresarial, os resultados podem apoiar gestores, profissionais de recursos humanos e lideranças durante a reestruturação. A qualidade da comunicação e o planejamento influenciam a interpretação das mudanças e a transformação do diagnóstico em decisões operacionais (Silva *et al.*, 2017; Smith; Volpe, 2024). Reconhecer receio de desemprego, ansiedade financeira, dificuldade de poupança e dependência de crédito ajuda a identificar vulnerabilidades e a reduzir ambiguidades por meio de informações mais coerentes.

O diagnóstico também pode orientar ações sobre orçamento, reservas e uso responsável do crédito, pois o estresse financeiro pode afetar concentração, assiduidade e produtividade (Souza, 2017; Cruz; Brito; Carvalho, 2023). Essas iniciativas, contudo, devem complementar, e não substituir, salários e benefícios regulares, direitos trabalhistas, comunicação transparente e decisões capazes de sustentar a recuperação, preservando a responsabilidade econômica da organização.

Socialmente, as decisões financeiras do trabalhador alcançam sua família e a economia local. Redução de renda, endividamento e falta de recursos para emergências podem comprometer despesas essenciais, ampliar a dependência familiar e afetar o bem-estar e a participação econômica (Cruz; Brito; Carvalho, 2023). Assim, preservar a empresa não se resume à manutenção formal dos empregos, mas envolve condições para que os trabalhadores atravessem a reestruturação com menor insegurança.

A motivação para a escolha do tema também emergiu da trajetória profissional do autor em uma empresa submetida à recuperação judicial. No início da crise, a organização lançou novos produtos, reposicionou-se no mercado, reduziu custos e intensificou a cobrança por resultados. Essas medidas, entretanto, não eliminaram os efeitos de estoques obsoletos, da queda da demanda e do endividamento acumulado. As incertezas sobre a continuidade da empresa, o emprego e a renda passaram a fazer parte da rotina de trabalho e foram acompanhadas de ansiedade e de algumas decisões financeiras impulsivas. Essa vivência motivou a ampliação do olhar para outras empresas da cidade e para a forma como seus funcionários descrevem a crise, suas práticas financeiras e as mudanças percebidas em períodos de instabilidade.

A experiência profissional constitui apenas o ponto de partida, não uma evidência dos resultados. Diante da amostragem por conveniência, do número reduzido de participantes e do desenho transversal, o estudo não pretende estabelecer causalidade nem generalizar os achados. Sua contribuição consiste em oferecer um panorama inicial do contexto local e aproximar a recuperação judicial das experiências financeiras dos trabalhadores, como base para pesquisas posteriores mais amplas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Recuperação Judicial

No Brasil, o processo de recuperação judicial é regido pela Lei nº 11.101/2005, atualizada pela Lei nº 14.112/2020. Em termos sintéticos, o procedimento envolve a petição inicial, o deferimento do processamento, a apresentação do plano de recuperação, a verificação dos créditos, a eventual Assembleia Geral de Credores, a concessão da recuperação e, após o acompanhamento das obrigações, o encerramento judicial (Brasil, 2005, 2020; Freitas; Cunha, 2025).

Na petição inicial, a empresa apresenta as causas da crise, demonstrações contábeis, relação de credores e demais documentos exigidos. Estando a documentação em ordem, o juiz defere o processamento, nomeia o administrador judicial, determina a publicação do edital e suspende, com as ressalvas legais, ações e execuções contra a devedora pelo prazo inicial de 180 dias. Esse período de suspensão, conhecido como stay period (período de proteção contra execuções individuais), busca preservar a negociação coletiva e impedir que atos isolados inviabilizem a atividade empresarial (Brasil, 2005, arts. 6º, 51 e 52).

Após o deferimento, o devedor possui 60 dias para apresentar o Plano de Recuperação Judicial. O plano deve detalhar os meios de recuperação, demonstrar a viabilidade econômica e ser acompanhado de avaliação dos bens e ativos. Os credores podem apresentar objeção e, quando isso ocorre, o juiz convoca a Assembleia Geral de Credores, que poderá aprovar, rejeitar ou propor modificações ao plano, conforme os quóruns previstos para cada classe (Brasil, 2005, arts. 35, 41, 45, 53, 55 e 56).

Quando não há objeção ou quando o plano é aprovado na forma legal, o juiz concede a recuperação judicial. A partir dessa decisão, as obrigações sujeitas ao plano passam a seguir as novas condições negociadas. O juízo pode manter a empresa em recuperação por até dois anos para fiscalizar as obrigações que vencerem nesse período; o descumprimento pode levar à convalidação em falência. O encerramento judicial, portanto, não equivale ao desaparecimento das dívidas restantes, que continuam submetidas ao plano (Brasil, 2005, arts. 58, 59, 61, 62 e 63).

O princípio da preservação da empresa encontra fundamento na proteção da propriedade privada e no cumprimento de sua função social. Como a atividade empresarial produz riqueza, empregos e circulação econômica, sua continuidade deve ser considerada na solução da crise,

sem que isso signifique ignorar os direitos dos credores ou manter estruturas inviáveis (Brasil, 2018b). Ao interpretar esse fundamento constitucional, o Superior Tribunal de Justiça destaca:

[...] a Constituição da República consagra a proteção à preservação da empresa por duas razões basilares: (i) é forma de conservação da propriedade privada; (ii) é meio de preservação da sua função social, ou seja, do papel socioeconômico que ela desempenha junto à sociedade em termos de fonte de riquezas e como ente promovedor de empregos. Assim, o princípio da preservação da empresa cumpre a norma maior, refletindo, por conseguinte, a vontade do poder constituinte originário (Brasil, 2018b).

A preservação da empresa, entretanto, não é um princípio absoluto. Ela protege a atividade econômica socialmente útil, e não necessariamente a pessoa jurídica, seus controladores ou uma estrutura empresarial inviável. A continuidade depende da possibilidade concreta de reestruturação, do tratamento legal dos credores e do cumprimento das obrigações assumidas, pois a própria lei prevê a conversão da recuperação em falência quando os requisitos ou o plano não são observados (Brasil, 2005; Franzoi, 2025).

Essa leitura do princípio da preservação não elimina uma distinção processual decisiva: o deferimento do processamento não se confunde com a concessão da recuperação judicial. O primeiro reconhece que a documentação inicial atende aos requisitos legais e permite o início do procedimento; não significa que o plano já foi aprovado, nem que a empresa demonstrou definitivamente sua capacidade de recuperação. A concessão ocorre em etapa posterior, depois da manifestação dos credores e do exame judicial das condições previstas na lei (Brasil, 2005, arts. 52 e 58).

Outro caminho disponível à empresa em crise é a recuperação extrajudicial, baseada na negociação direta com seus credores. O acordo pode abranger toda ou apenas algumas classes e, quando preenchidos os requisitos legais, ser submetido à homologação judicial. Em comparação com a recuperação judicial, essa via tende a reduzir custos processuais e a exposição pública da crise, mas sua viabilidade depende da composição da dívida e da capacidade de coordenação entre os credores (Batista; Melo, 2025). A escolha do instrumento requer, assim, a análise simultânea dos obstáculos jurídicos, da situação operacional da empresa e da experiência prática dos profissionais envolvidos (Vieira *et al.*, 2025).

A recuperação extrajudicial já era apontada, desde a edição da Lei nº 11.101/2005, como uma forma mais célere de preservar a unidade produtiva e ampliar as possibilidades de recebimento dos credores (Pimenta, 2006). A reforma de 2020 aumentou sua flexibilidade e reforçou mecanismos de mediação e transparência (Santos; Januário, 2025). Quando, porém, a atividade se mostra inviável, a solução pode ser a falência, voltada à retirada do devedor da

gestão e à preservação e otimização do uso produtivo dos ativos (Brasil, 2005). Nesse cenário, o Tribunal de Justiça da Paraíba apresenta a condição de inviabilidade da empresa nos seguintes termos:

A empresa que chega à situação de falência, ela não pode manter sua atividade, não consegue pagar aos fornecedores, nem aos funcionários, não podendo quitar seus compromissos e prestar serviços. Com isso se estabelece a falência voluntária, onde o próprio empresário pede a falência ou a mesma pode ser determinada num processo judicial, requerido por um dos credores, esclareceu o magistrado Romero Feitosa (Paraíba, 2022).

Segundo Franzoi (2025), a distinção fundamental entre a recuperação e a falência reside na viabilidade do devedor, sendo a recuperação um instrumento que busca solucionar a crise da atividade empresarial em vez de se limitar exclusivamente à quitação dos débitos com os credores.

Entre a negociação privada, a recuperação extrajudicial, a recuperação judicial e a falência, a escolha depende principalmente da viabilidade do negócio, do tamanho e da composição da dívida e do grau de coordenação possível entre os credores. Quanto maior a dispersão dos credores e o risco de execuções individuais comprometerem a operação, maior pode ser a necessidade de uma solução coletiva e supervisionada judicialmente (Vieira *et al.*, 2025; Brasil, 2005). A função estratégica da recuperação judicial é sintetizada por Freitas e Cunha (2025):

[...] a Recuperação Judicial (RJ) emerge como uma alternativa estratégica à falência, proporcionando às empresas em dificuldades um fôlego para reorganizar suas finanças e operações, com vistas à preservação de empregos e à continuidade da atividade econômica (Brasil, 2005, 2020). Instituída pela Lei nº 11.101/2005, a RJ envolve uma ampla rede de agentes, incluindo credores, administradores judiciais e o sistema judiciário [...] (Freitas; Cunha, 2025, p. 2).

A rede de agentes mencionada pelos autores se materializa, entre outros espaços, na Assembleia Geral de Credores, organizada por classes nos termos dos arts. 41 e 45 da Lei nº 11.101/2005. Os titulares de créditos trabalhistas integram a Classe I. Nas Classes I e IV, a aprovação ocorre pela maioria simples dos credores presentes, independentemente do valor dos créditos; nas Classes II e III, exige-se, de forma cumulativa, a maioria dos credores presentes e mais da metade do valor dos créditos representados na assembleia (Brasil, 2005).

Os trabalhadores ocupam, portanto, uma posição dupla no processo. Eles são essenciais à continuidade da operação e podem integrar a Classe I quando possuem créditos trabalhistas sujeitos à recuperação. A legislação estabelece regras próprias de votação e limita, em regra, a um ano o prazo previsto no plano para pagamento dos créditos trabalhistas vencidos até a data

do pedido, evidenciando a proteção diferenciada atribuída a essa classe (Brasil, 2005, arts. 41, 45 e 54).

Além da coordenação entre os credores, a passagem por uma recuperação judicial também pode alterar a forma como os gestores avaliam o planejamento empresarial. Smith e Volpe (2024) identificaram maior atenção ao planejamento e à busca de informações contábeis e apoio técnico entre empresários que vivenciaram esse processo. O achado sugere que a reestruturação não depende apenas do plano homologado, mas também da capacidade gerencial de transformar diagnóstico em decisões operacionais consistentes.

No plano organizacional, o turnaround exige prioridades claras, planejamento e transparência, pois a execução do plano depende das pessoas que mantêm a atividade em funcionamento. O planejamento, por sua vez, fornece a base para decisões técnicas e para o acompanhamento da viabilidade da reestruturação (Smith; Volpe, 2024). A dimensão humana desse processo aparece no destaque de Silva *et al.* (2017):

Além disso, as empresas em recuperação precisam olhar o tempo todo para sua estrutura interna. O clima organizacional pode ficar mais instável devido à insegurança dos colaboradores. [...] É vital que mudanças organizacionais sejam realizadas para que novos resultados sejam obtidos (Silva *et al.*, 2017, p. 154).

A passagem evidencia que os desafios da recuperação não se esgotam nas dimensões jurídica e financeira. Embora o rito organize a relação entre empresa, juízo e credores, são os trabalhadores que executam parte relevante das mudanças necessárias à continuidade da operação. Ao reorganizar prazos, prioridades e decisões internas, o processo também torna mais visíveis as incertezas sobre emprego e renda. Essa passagem do nível jurídico e organizacional para a experiência individual é o ponto de partida para compreender, no subtópico seguinte, como as decisões financeiras podem ser afetadas por emoções, percepções de risco e limites de racionalidade.

2.2 Finanças comportamentais

As finanças comportamentais investigam decisões econômicas a partir da interação entre racionalidade limitada, emoções e vieses cognitivos (padrões sistemáticos de julgamento que influenciam a interpretação de riscos, ganhos e perdas). Essa abordagem não substitui as teorias tradicionais, mas amplia sua capacidade explicativa ao reconhecer que as pessoas nem sempre decidem de forma plenamente racional (Cruz; Prado; Carvalho, 2023).

Para esta pesquisa, essa lente permite interpretar o porquê da incerteza sobre emprego, renda e futuro da organização poder estar associada a maior cautela, ansiedade financeira, mudanças no consumo e revisão do uso do crédito. Trata-se, portanto, do elo teórico entre a crise empresarial e o comportamento financeiro percebido pelos trabalhadores. Cruz, Prado e Carvalho (2023) sintetizam a amplitude desse campo nos seguintes termos:

[...] o campo das Finanças Comportamentais se mostrou como um campo científico crescente e amplo, no qual diversos aspectos têm sido investigados, tais como, a influência das emoções na tomada de decisão, a eficiência do mercado, o impacto do comportamento humano na economia, a relação entre consumo e os vieses cognitivos, dentre outras descobertas que vem promovendo contribuições tanto para a psicologia, quanto para os estudos econômico-financeiros (Cruz; Prado; Carvalho, 2023, p. 7498).

A racionalidade limitada ajuda a explicar por que decisões financeiras não resultam apenas de cálculos objetivos. As finanças comportamentais reconhecem que o processo decisório sofre a influência de restrições cognitivas, sociais e emocionais, especialmente em ambientes de incerteza (Kummer *et al.*, 2025).

Kahneman descreve dois sistemas de pensamento: o Sistema 1, rápido, intuitivo e automático, e o Sistema 2, mais lento, reflexivo e analítico (Silva *et al.*, 2023). Em uma empresa em recuperação judicial, sinais de instabilidade podem ser interpretados emocionalmente antes que o trabalhador disponha de informações suficientes para avaliar a extensão do risco. Reduzir o consumo, adiar compromissos, buscar crédito ou aumentar a cautela podem, diante desse quadro, combinar cálculo econômico e percepção subjetiva de ameaça.

Esses limites tornam-se mais visíveis na Teoria do Prospecto e nos vieses que afetam a avaliação de riscos. O enquadramento de uma situação como ganho ou perda pode alterar a escolha, enquanto a aversão à perda torna a ameaça de perder mais intensa do que a possibilidade de obter ganho equivalente (Zanin *et al.*, 2024).

Comunicados sobre cortes, atrasos, reestruturação ou continuidade das atividades podem, assim, estimular tanto contenção e cautela quanto decisões arriscadas para evitar perdas percebidas. O efeito isolamento pode levar à análise fragmentada das informações, e o excesso

de confiança pode fazer o indivíduo superestimar a própria capacidade financeira (Kummer *et al.*, 2025; Silva *et al.*, 2023).

A pressão financeira pode, contudo, produzir a reação oposta: emoções negativas e a busca de alívio imediato podem favorecer compras impulsivas e endividamento (Oliveira; Nobre; Nobre, 2023). A teoria não determina uma única reação à crise; ela ajuda a compreender por que trabalhadores expostos ao mesmo ambiente podem responder de maneiras distintas.

Pessoas submetidas a níveis elevados de estresse financeiro tendem a relatar menor controle sobre os gastos, preocupação com o pagamento das contas e dificuldade para absorver despesas inesperadas. A vulnerabilidade aumenta quando faltam patrimônio, seguros, apoio familiar ou outra rede de proteção. Além do orçamento, o problema pode alcançar a saúde e o trabalho, com cansaço, irritabilidade, dificuldade de concentração, atrasos e ausências (Souza, 2017). A insegurança financeira é, portanto, mais ampla do que o receio de perder o emprego: ela expressa a tradução econômica e subjetiva das incertezas vividas pelo trabalhador.

Esses elementos permitem compreender a insegurança financeira como uma tensão relacionada à forma como o indivíduo avalia sua situação econômica atual e suas perspectivas futuras. Essa avaliação não depende apenas de renda, patrimônio ou histórico de desemprego: ela também envolve a percepção de capacidade para pagar despesas, administrar dívidas, poupar e alcançar estabilidade.

A dimensão subjetiva torna-se mais clara quando dificuldades presentes e expectativas desfavoráveis se reforçam. Diniz (2013) relaciona o bem-estar financeiro à percepção da situação econômica atual, às preocupações com o futuro e ao sentimento de segurança financeira. Em sentido inverso, o estresse financeiro pode decorrer tanto da insuficiência de renda quanto da antecipação de problemas, da preocupação com obrigações assumidas e da sensação de não conseguir reorganizar a vida financeira.

Harder e Braga (2019) relacionam essa tensão à falta de recursos para o sustento familiar, ao atraso de contas, à inadimplência, ao endividamento e à insegurança quanto ao futuro e à aposentadoria. A falta de controle dos gastos, o uso intenso de crédito e a ausência de planejamento agravam o quadro e reduzem a capacidade percebida de enfrentar emergências ou preparar objetivos de longo prazo. Quando persiste, a insegurança deixa de ser apenas um problema do orçamento doméstico e passa a afetar o bem-estar e o desempenho do trabalhador. Nesse sentido, Cruz, Brito e Carvalho (2023) destacam:

Um indivíduo com bem-estar financeiro insatisfatório não apenas trás [sic] dificuldades a si mesmo, mas também tem um impacto na saúde dos sistemas econômico e financeiro de um país. Isso porque pessoas com dificuldades financeiras

podem ter um impacto negativo em sua produtividade, saúde física, estado econômico e psicológico (Cruz; Brito; Carvalho, 2023, p. 127).

A relação entre finanças pessoais e bem-estar mostra que o estresse financeiro não permanece restrito ao orçamento. Preocupações persistentes podem comprometer a saúde psicológica, a condição física, a concentração e a produtividade. O comportamento, o nível de estresse e a alfabetização financeira aparecem na literatura como fatores associados ao bem-estar, embora a educação financeira, isoladamente, não garanta decisões adequadas (Cruz; Brito; Carvalho, 2023).

Aplicada ao problema desta pesquisa, a recuperação judicial representa a origem organizacional das incertezas investigadas, enquanto a insegurança financeira descreve a forma como essas incertezas podem ser internalizadas. Esse construto aproxima o ambiente de trabalho das escolhas econômicas individuais e prepara a discussão do comportamento financeiro observável.

O último elo do referencial é o comportamento financeiro individual, entendido como o conjunto de práticas por meio das quais as pessoas administram seus recursos: consumo, orçamento, uso de crédito, formação de reservas, poupança e investimento.

A alfabetização financeira reúne conhecimento, habilidades, atitudes e capacidade de aplicação, mas não garante, sozinha, escolhas adequadas, pois a literatura ainda apresenta resultados contraditórios sobre sua relação com o comportamento (Cruz; Brito; Carvalho, 2023). A análise precisa considerar não apenas o que o indivíduo sabe, mas como controla gastos, define prioridades e reage à incerteza.

Orçamento e planejamento ajudam a antecipar despesas e a reduzir a dependência recorrente de crédito, enquanto o uso inadequado desse instrumento pode agravar dívidas e inadimplência (Medeiros; Pinheiro, 2025). Em um contexto de recuperação judicial, o trabalhador pode revisar o orçamento, adiar compras, reduzir despesas não essenciais ou evitar novas obrigações. A capacidade de absorver o choque, entretanto, depende da existência de recursos líquidos, patrimônio ou rede de proteção, como sintetiza Souza (2017):

Pessoas com alto grau de estresse financeiro costumam possuir quatro características: i) não têm controle sobre suas finanças e gastos e preocupam-se com o fato de que podem vir a não ter dinheiro para pagar as contas no final do mês; ii) não têm condições de absorver um choque financeiro, como uma despesa inesperada, porque não possuem patrimônio, uma rede de segurança familiar ou seguros; iii) não conseguem atingir suas metas financeiras e se prepararem para o futuro; e iv) não têm a liberdade para fazerem escolhas que lhes permitam aproveitar a vida, sempre que essas escolhas tenham consequências financeiras (Souza, 2017, p. 16).

Essas características mostram que a reserva de emergência não é apenas uma forma de acumulação, mas um mecanismo de liquidez e proteção diante de choques. Sem essa proteção, cartão de crédito, cheque especial e empréstimos podem deixar de ser instrumentos ocasionais e passar a cobrir lacunas permanentes da renda.

As decisões de consumo, por sua vez, também podem ser afetadas pela busca de satisfação imediata e por emoções negativas, favorecendo compras impulsivas e menor atenção às consequências futuras. Oliveira, Nobre e Nobre (2023) encontraram relação entre endividamento e estresse financeiro, reforçando a importância das obrigações acumuladas para o bem-estar.

Já a poupança e o investimento representam recursos destinados à proteção ou a objetivos futuros, embora as escolhas possam refletir familiaridade, preferência por segurança ou influência social. No estudo de Silva *et al.* (2023), a poupança foi o investimento mais frequente entre os grupos analisados, o que ilustra a busca por alternativas conhecidas, nem sempre precedida de comparação sistemática entre liquidez, risco e rentabilidade.

O encadeamento teórico adotado neste trabalho parte da recuperação judicial como evento jurídico e organizacional, passa pelas mudanças no clima e pelas incertezas percebidas no trabalho e chega à insegurança e ao comportamento financeiro individual. As finanças comportamentais oferecem a lente para interpretar essa passagem sem presumir que todos os trabalhadores reajam da mesma forma. A pesquisa operacionalizou esse encadeamento em três blocos: comportamento financeiro pessoal, avaliação da gestão empresarial e impactos da recuperação judicial.

3 MÉTODO

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar os impactos da recuperação judicial no comportamento financeiro dos funcionários. Para alcançá-lo, buscou verificar as alterações percebidas no comportamento financeiro dos funcionários associadas à recuperação judicial, avaliar os indicadores de insegurança financeira percebida pelos funcionários e comparar a percepção dos impactos entre diferentes níveis hierárquicos. Com base nisso, adotou-se uma pesquisa descritiva, de abordagem quantitativa, realizada por levantamento do tipo *survey* e com corte transversal (Costa Júnior et al., 2024).

A população de interesse compreendeu funcionários de diferentes níveis hierárquicos que trabalhavam em empresas de João Pessoa/PB em recuperação judicial. A amostra foi não probabilística, formada por conveniência, e reuniu 23 respondentes vinculados a três empresas. A coleta ocorreu de 31 de maio a 1º de julho de 2026, por questionário estruturado no Google Forms, divulgado por WhatsApp e LinkedIn. O formulário não exigiu login nem coletou nome, e-mail, empresa ou outro identificador direto. A página inicial apresentou a finalidade do estudo, o caráter voluntário e anônimo da participação e as condições de tratamento dos dados em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Brasil, 2018a).

Antes da coleta, realizou-se uma avaliação preliminar de inteligibilidade dos itens, em ambiente domiciliar, com a esposa do pesquisador. O procedimento limitou-se à verificação da clareza das questões, da compreensão das alternativas e de possíveis desconfortos durante o preenchimento; portanto, não constituiu validação psicométrica da escala (avaliação estatística de validade e confiabilidade), nem substituiu um pré-teste com um grupo de participantes. Embora fosse usual ampliar essa etapa para pelo menos cinco participantes, a dificuldade de acesso aos funcionários das empresas e a sensibilidade do tema impediram essa aplicação. A avaliação preliminar indicou que perguntas sociodemográficas formuladas de modo muito específico poderiam gerar receio de identificação indireta, sobretudo diante do reduzido número de empresas acessíveis. Por essa razão, idade, renda e tempo de empresa passaram a ser coletados por faixas, reforçando a proteção do anonimato sem eliminar as informações necessárias à caracterização da amostra.

3.1 Survey

O questionário foi organizado em quatro blocos, em sequência coerente com o referencial teórico. O primeiro reuniu informações sociodemográficas e profissionais para caracterizar a amostra e delimitar o alcance dos achados (Souto; Korkischko, 2012). O segundo tratou do comportamento financeiro pessoal, com itens sobre orçamento, reserva de emergência, poupança, equilíbrio entre renda e gastos, uso de crédito, jogos de azar, diversificação de renda e compras impulsivas (Cruz; Brito; Carvalho, 2023; Souza, 2017).

O terceiro examinou a visão dos colaboradores sobre a organização por meio de planejamento, controle orçamentário, escuta da liderança, demissões, comunicação, sobrecarga e capacidade de adaptação, dimensões relacionadas à gestão da crise e ao clima organizacional (Silva *et al.*, 2017; Smith; Volpe, 2024). O quarto reuniu itens relativos aos impactos percebidos, como alteração do comportamento, maior controle dos gastos, receio de desemprego, cautela com novas dívidas e ansiedade financeira (Harder; Braga, 2019; Oliveira; Nobre; Nobre, 2023).

Nos três blocos substantivos, as afirmações utilizaram itens do tipo Likert de cinco pontos, de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente). As respostas foram examinadas individualmente por frequências e medidas de tendência central e, após a recodificação dos itens de sentido inverso, reunidas em indicadores sintéticos por bloco. Essa distinção é importante porque cada item permanece ordinal, enquanto a combinação de itens relacionados fornece uma medida composta útil à descrição do construto (Antonialli; Antonialli; Antonialli, 2016; Costa Júnior *et al.*, 2024). Os indicadores foram utilizados de forma descritiva e não devem ser interpretados como escalas previamente validadas para toda a população.

Antonialli, Antonialli e Antonialli (2016) destacam o caráter somatório da escala Likert, cuja medida resulta da combinação de respostas atribuídas a itens relacionados. Com base nessa lógica, o Quadro 2 apresenta as afirmações, seus blocos e a direção de pontuação. Nos itens normais, manteve-se a resposta original. Nos itens reversos, a pontuação foi convertida antes do cálculo dos indicadores para que todos expressassem o construto na mesma direção: 1 tornou-se 5; 2 tornou-se 4; 3 permaneceu 3; 4 tornou-se 2; e 5 tornou-se 1. O questionário completo, com as perguntas apresentadas aos participantes, encontra-se no Apêndice B.

Quadro 2 — Perguntas e blocos temáticos

nº	Pergunta	Tipo	Bloco
9	Costumo realizar orçamento mensal	Normal	Comportamento Financeiro Pessoal
10	Possuo uma reserva de emergência completa	Normal	Comportamento Financeiro Pessoal
11	Na maioria dos meses consigo poupar parte da renda	Normal	Comportamento Financeiro Pessoal
12	Raramente necessito recorrer a créditos ou empréstimos	Normal	Comportamento Financeiro Pessoal
13	Costumo poupar antes de adquirir um bem de valor elevado	Normal	Comportamento Financeiro Pessoal
14	Considero que meus gastos estão equilibrados com a minha renda	Normal	Comportamento Financeiro Pessoal
15	Costumo gastar parte da renda com jogos de azar	Reversa	Comportamento Financeiro Pessoal
24	Busco diversificar minhas fontes de renda	Normal	Comportamento Financeiro Pessoal
28	Em momentos de estresse faço mais compras impulsivas	Reversa	Comportamento Financeiro Pessoal
16	A empresa possui um planejamento claro e consistente	Normal	Avaliação da Gestão Empresarial
17	Existe um rígido controle orçamentário na empresa	Normal	Avaliação da Gestão Empresarial
18	Os líderes e gestores escutam feedback dos funcionários	Normal	Avaliação da Gestão Empresarial
19	A empresa precisou demitir parte dos funcionários	Reversa	Avaliação da Gestão Empresarial
20	A comunicação interna funciona bem	Normal	Avaliação da Gestão Empresarial
21	Na maioria dos dias, sinto-me sobrecarregado(a)	Reversa	Avaliação da Gestão Empresarial
22	A empresa possui uma alta capacidade de adaptação	Normal	Avaliação da Gestão Empresarial
29	As incertezas no trabalho alteraram meu comportamento financeiro	Normal	Impactos da RJ no Comportamento
23	Controlo mais meus gastos em momentos de crise da empresa	Normal	Impactos da RJ no Comportamento
25	Tenho receio de perder meu emprego	Normal	Impactos da RJ no Comportamento
26	Evito assumir novas dívidas dependendo da situação da empresa	Normal	Impactos da RJ no Comportamento
27	Me sinto mais ansioso por questões financeiras	Normal	Impactos da RJ no Comportamento
30	Atualmente me considero mais controlado(a) financeiramente	Normal	Impactos da RJ no Comportamento

Fonte: Elaboração Própria (2026).

3.2 Análise

A análise foi realizada por estatística descritiva. Para caracterizar a amostra, calcularam-se frequências absolutas e percentuais. Para cada item substantivo, foram apuradas média, mediana, moda, desvio-padrão amostral e proporção de respostas nos níveis 4 e 5 após a recodificação dos itens reversos. O desvio-padrão foi utilizado para indicar o grau de dispersão das respostas: valores mais altos sinalizam menor uniformidade das percepções. Os procedimentos são compatíveis com o tratamento descritivo de itens do tipo Likert e de medidas compostas (Antonialli; Antonialli; Antonialli, 2016; Costa Júnior *et al.*, 2024).

Para cada participante, calculou-se a média dos itens de cada bloco após as inversões. A média foi convertida para uma escala de 0% a 100% pela fórmula $\text{Índice} = [(média - 1) / 4] \times 100$. No comportamento financeiro pessoal, valores maiores indicam práticas mais positivas; na análise da gestão empresarial, avaliação mais favorável; no bloco dos impactos da recuperação, valores maiores indicam maior alteração e insegurança percebidas. Para as distribuições por bloco, médias individuais acima de 3 foram classificadas como concordância, iguais a 3 como indiferença e abaixo de 3 como discordância. As comparações por gênero, nível hierárquico e renda foram exclusivamente descritivas. Em razão do tamanho e da seleção da amostra, não foram aplicados testes de significância, e nenhuma diferença foi tratada como efeito causal ou generalizável.

Quadro 3 — Objetivos da pesquisa e as análises dos resultados

Objetivo	Bloco de Perguntas	Tipo de análise
Analisar os impactos da recuperação judicial no comportamento financeiro dos funcionários.	Comportamento Financeiro Pessoal / Avaliação da Gestão Empresarial / Impactos da RJ no Comportamento Financeiro	Indicadores descritivos por bloco
Verificar as alterações percebidas no comportamento financeiro dos funcionários associadas à recuperação judicial.	Impactos da RJ no Comportamento Financeiro	Frequências, média, desvio-padrão e índice
Avaliar os indicadores de insegurança financeira percebida pelos funcionários.	Impactos da RJ no Comportamento Financeiro	Frequências, média e desvio-padrão
Comparar a percepção dos impactos entre diferentes níveis hierárquicos.	Perfil sociodemográfico e blocos substantivos	Comparação descritiva por perfis

Fonte: Elaboração Própria (2026).

4 RESULTADOS

Foram obtidas 23 respostas de funcionários vinculados a três empresas. Como o questionário não coletou a empresa de origem, não foi possível relacionar respostas individuais a cada organização. Houve predominância do gênero feminino (60,9%), da faixa etária de 26 a 35 anos (47,8%) e de participantes solteiros (52,2%). A maioria declarou não possuir dependentes (65,2%). Quanto à escolaridade, 52,2% haviam concluído o ensino superior, e 82,6% possuíam escolaridade entre ensino superior incompleto e pós-graduação. A faixa de renda mais frequente foi a de até dois salários-mínimos, indicada por 60,9% dos respondentes.

No perfil profissional, 65,2% dos participantes tinham até três anos de vínculo com a empresa. Auxiliares e assistentes representaram, em conjunto, 65,2% da amostra. O pequeno número de participantes em algumas categorias específicas impediu comparações isoladas entre todos os cargos e justificou sua agregação em dois grupos. Os resultados apresentados na Tabela 1 devem, portanto, ser lidos como um panorama descritivo dos participantes alcançados, sem pretensão de generalização.

Tabela 1 — Caracterização sociodemográfica e profissional da amostra

Característica	Categoria predominante	Respondentes	Percentual
Gênero	Feminino	14	60,9%
Idade	26 a 35 anos	11	47,8%
Estado civil	Solteiro(a)	12	52,2%
Dependentes	Nenhum	15	65,2%
Escolaridade	Superior completo	12	52,2%
Renda	Até 2 salários-mínimos	14	60,9%
Tempo de empresa	De 1 a 3 anos	9	39,1%
Nível hierárquico	Assistente	12	52,2%

Fonte: Elaboração Própria (2026).

Para viabilizar a comparação hierárquica, os cargos foram reunidos em dois grupos: auxiliares e assistentes, representando funções operacionais e administrativas; e analistas e gerentes, representando funções técnicas e gerenciais. O primeiro grupo reuniu 15 respondentes (65,2%) e o segundo, oito (34,8%). Entre auxiliares e assistentes, nove participantes (60,0%) declararam renda de até dois salários-mínimos e seis (40,0%), renda de dois a cinco salários-mínimos. Entre analistas e gerentes, cinco (62,5%) estavam na menor faixa e três (37,5%), na faixa seguinte. Apesar da diferença ocupacional, a distribuição da renda foi semelhante nos dois grupos, com predominância da menor faixa. A Tabela 2 apresenta por faixa de renda e gênero:

Tabela 2 — Distribuição dos respondentes por faixa de renda e gênero

Faixa de renda	Feminino	Masculino	Total
Até 2 salários-mínimos	11 (78,6%)	3 (21,4%)	14
De 2 a 5 salários-mínimos	3 (33,3%)	6 (66,7%)	9

Fonte: Elaboração Própria (2026).

Conforme a Tabela 2, no cruzamento entre renda e gênero, 11 dos 14 participantes com renda de até dois salários-mínimos eram mulheres (78,6%) e três eram homens (21,4%). Quanto ao nível hierárquico, nesse grupo, nove (64,3%) eram auxiliares ou assistentes e cinco (35,7%), analistas ou gerentes. Entre os nove participantes com renda de dois a cinco salários-mínimos, seis eram homens (66,7%) e três eram mulheres (33,3%); quanto ao nível hierárquico, seis (66,7%) pertenciam ao grupo de auxiliares e assistentes e três (33,3%) ao de analistas e gerentes. A Tabela 3, por sua vez, apresenta a distribuição dos respondentes por gênero e nível hierárquico.

Tabela 3 — Distribuição dos respondentes por gênero e nível hierárquico

Gênero	Auxiliar + assistente	Analista + gerente	Total
Feminino	9 (64,3%)	5 (35,7%)	14
Masculino	6 (66,7%)	3 (33,3%)	9

Fonte: Elaboração Própria (2026).

Entre as 14 mulheres, nove estavam no grupo de auxiliares e assistentes (64,3%) e cinco no de analistas e gerentes (35,7%). Entre os nove homens, seis pertenciam ao primeiro grupo (66,7%) e três ao segundo (33,3%). As proporções hierárquicas foram, portanto, semelhantes entre os gêneros. A presença numérica maior de mulheres na menor faixa de renda e entre auxiliares e assistentes deve ser interpretada à luz da própria composição da amostra, sem atribuir ao gênero um efeito que os dados descritivos não permitem demonstrar.

Tomando o bloco “Impactos da RJ no Comportamento Financeiro” como eixo central, 62,3% das 138 respostas aos seis itens (23 participantes multiplicados por seis afirmações) situaram-se nos níveis 4 ou 5. As manifestações mais frequentes foram considerar-se atualmente mais controlado financeiramente (87,0%), controlar mais os gastos durante crises empresariais (69,6%) e evitar novas dívidas conforme a situação da empresa (60,9%). Esse movimento de cautela coexistiu com ansiedade financeira (60,9%) e receio de desemprego (52,2%). Os resultados são apresentados na Tabela 4.

A predominância de respostas associadas à cautela dialoga com a abordagem das finanças comportamentais, segundo a qual decisões tomadas sob incerteza combinam avaliação objetiva, emoções e limites cognitivos (Cruz; Prado; Carvalho, 2023; Kummer *et al.*, 2025). A possibilidade de perda de renda ou do emprego pode tornar a preservação dos recursos mais relevante do que a perspectiva de consumo imediato, aproximando os resultados da aversão à perda descrita por Zanin *et al.* (2024).

A leitura, contudo, não pode desconsiderar que 83% dos participantes afirmaram realizar orçamento mensal. Parte do controle observado pode decorrer de práticas anteriores à recuperação judicial, e não apenas de uma reação iniciada durante a crise. Medeiros e Pinheiro

(2025) destacam que o orçamento favorece a antecipação das despesas e pode reduzir a dependência recorrente de crédito. Os dados parecem reunir dois movimentos: hábitos de planejamento já existentes e ajustes defensivos diante da instabilidade percebida. O desenho transversal não permite separar esses componentes, mas evidencia que a contenção de gastos e a cautela com dívidas coexistiram no grupo estudado.

A atribuição direta dessas mudanças à crise foi menos frequente: apenas 43,5% concordaram que as incertezas no trabalho haviam alterado seu comportamento financeiro. A diferença sugere que os participantes reconheceram com maior facilidade práticas e emoções específicas do que a relação geral entre essas mudanças e o contexto organizacional. Trata-se, contudo, de percepção autorrelatada, insuficiente para estabelecer causalidade.

A diferença entre a elevada concordância em itens específicos e a menor adesão à afirmação geral pode ser lida como uma percepção fragmentada dos impactos. O efeito isolamento, discutido por Kummer *et al.* (2025), contribui para compreender situações nas quais componentes de uma decisão são avaliados separadamente, sem que suas conexões recebam o mesmo peso.

Uma interpretação possível é que o trabalhador reconheça maior controle dos gastos, cautela com dívidas ou ansiedade financeira e, ainda assim, não atribua conscientemente essas mudanças às incertezas da empresa. A comunicação organizacional acrescenta uma nuance importante: em períodos de crise, a insegurança tende a tornar o clima mais instável, e as mudanças precisam ser apresentadas de maneira coerente com o futuro proposto para a organização (Silva *et al.*, 2017).

Essa hipótese precisa permanecer circunscrita ao alcance dos dados: não é possível afirmar que falhas de comunicação produziram a desconexão, nem que a recuperação judicial foi sua causa exclusiva. O resultado indica, de forma mais restrita, que os participantes reconheceram melhor manifestações concretas do que o vínculo geral entre o contexto de trabalho e suas finanças.

Tabela 4 — Estatísticas descritivas das respostas ao questionário

Pergunta	Média	Desvio	Pontuações 4 ou 5 (% e n)	
Costumo realizar orçamento mensal	4,2	0,7	83%	19
Possuo uma reserva de emergência completa	2,5	1,5	30%	7
Na maioria dos meses consigo poupar parte da renda	2,9	1,6	43%	10
Raramente necessito recorrer a créditos ou empréstimos	3,4	1,7	61%	14
Costumo poupar antes de adquirir um bem de valor elevado	3,6	1,4	57%	13
Considero que meus gastos estão equilibrados com a minha renda	3,6	1,1	57%	13
Costumo gastar parte da renda com jogos de azar	4,8	0,6	96%	22

Pergunta	Média	Desvio	Pontuações 4 ou 5 (% e n)	
Busco diversificar minhas fontes de renda	3,0	1,5	43%	10
Em momentos de estresse faço mais compras impulsivas	3,9	1,3	74%	17
A empresa possui um planejamento claro e consistente	2,8	1,1	22%	5
Existe um rígido controle orçamentário na empresa	3,2	1,2	48%	11
Os líderes e gestores escutam feedback dos funcionários	3,7	1,1	61%	14
A empresa precisou demitir parte dos funcionários	4,1	1,2	78%	18
A comunicação interna funciona bem	3,2	1,1	35%	8
Na maioria dos dias, sinto-me sobrecarregado(a)	3,0	1,1	30%	7
A empresa possui uma alta capacidade de adaptação	3,3	1,2	48%	11
As incertezas no trabalho alteraram meu comportamento financeiro	3,0	1,4	43%	10
Controlo mais meus gastos em momentos de crise da empresa	3,6	1,2	70%	16
Tenho receio de perder meu emprego	3,6	1,3	52%	12
Evito assumir novas dívidas dependendo da situação da empresa	3,8	0,9	61%	14
Me sinto mais ansioso por questões financeiras	3,6	1,3	61%	14
Atualmente me considero mais controlado(a) financeiramente	4,3	0,7	87%	20

Fonte: Elaboração Própria (2026).

Nota: nos itens de sentido reverso, as estatísticas foram calculadas após a recodificação; por isso, pontuações 4 ou 5 indicam maior alinhamento ao construto e não necessariamente concordância literal com a redação original.

Os desvios-padrão mostram que os efeitos associados à recuperação judicial não foram percebidos de maneira uniforme. A maior dispersão do bloco ocorreu na afirmação de que as incertezas no trabalho alteraram o comportamento financeiro (média 2,96; desvio-padrão 1,40), resultado próximo ao ponto neutro e indicativo de divisão entre os participantes. Também houve dispersão relevante no receio de perder o emprego (1,31) e na ansiedade financeira (1,28), evidenciando experiências emocionais de intensidades distintas.

A coexistência de cautela e tensão emocional mostra que maior controle financeiro não significa, necessariamente, sensação de segurança. Para Souza (2017), a insegurança financeira envolve tanto a capacidade percebida de cumprir obrigações no presente quanto a preocupação com choques e dificuldades futuras.

O resultado também dialoga com a discussão de Diniz (2013) sobre bem-estar financeiro, na qual a percepção da situação atual se combina às preocupações e expectativas financeiras futuras. No grupo analisado, os sinais de instabilidade podem ser processados inicialmente pelo Sistema 1, de natureza rápida, intuitiva e emocional, antes de uma avaliação mais reflexiva do risco (Silva *et al.*, 2023). A recuperação judicial constitui um ambiente comum aos respondentes, mas sua internalização depende de condições pessoais e percepções distintas.

A própria Tabela 4 mostra maior convergência nos itens de cautela, sobretudo na percepção de maior controle financeiro (média 4,30; desvio-padrão 0,69) e na decisão de evitar

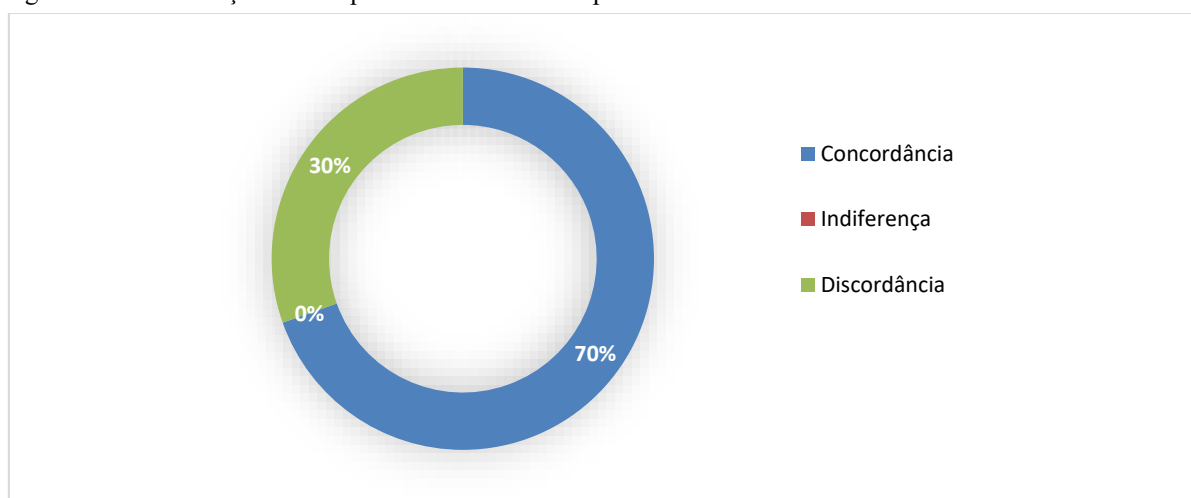
novas dívidas conforme a situação da empresa (média 3,83; desvio-padrão 0,87). A heterogeneidade também aparece no comportamento financeiro pessoal, especialmente em reserva de emergência, capacidade de poupança, dependência de crédito e diversificação de renda. Os dados sustentam uma leitura descritiva dos impactos percebidos, mas não mostram um efeito uniforme nem permitem atribuí-lo exclusivamente à recuperação judicial.

Com os itens reversos recodificados e as médias calculadas por respondente, o índice de comportamento financeiro pessoal alcançou 63,8%, indicando predominância de práticas consideradas positivas, embora com fragilidades em parte da amostra. Nesse bloco, 69,6% dos respondentes foram classificados em concordância e 30,4% em discordância.

A avaliação da gestão organizacional apresentou o menor índice (58,1%), com 65,2% em concordância, 8,7% em indiferença e 26,1% em discordância, o que expressa uma avaliação apenas moderadamente positiva de planejamento, comunicação, gestão e adaptação. O maior índice foi o dos impactos da recuperação judicial (65,9%): 73,9% dos participantes ficaram em concordância, 13,0% em indiferença e 13,0% em discordância. Nesse último bloco, valor elevado não representa resultado favorável; indica maior alteração percebida no comportamento e maior presença de insegurança financeira. As Figuras 1, 2 e 3 apresentam essas distribuições.

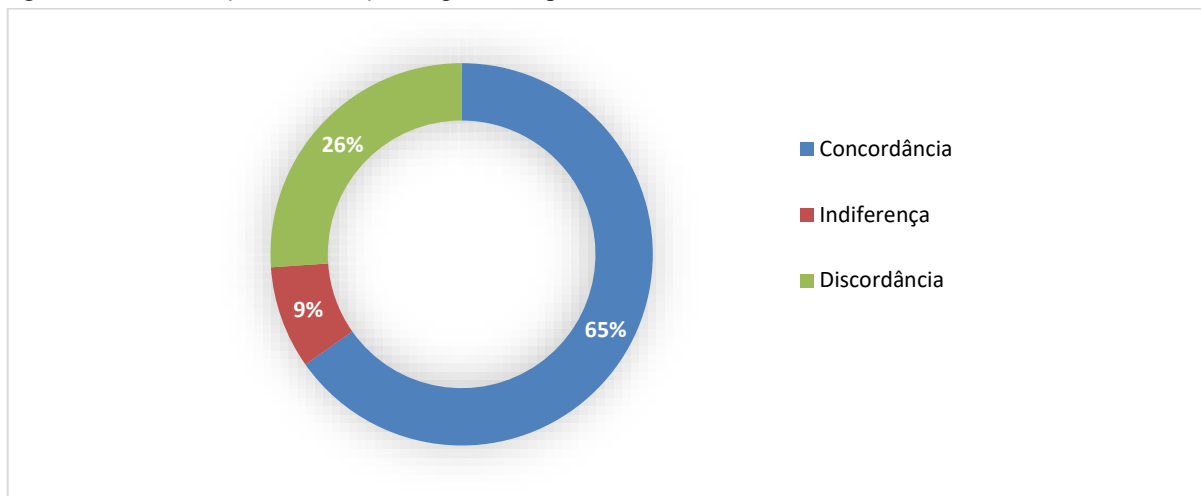
As tendências que fundamentam esses índices já podiam ser observadas no resumo automático gerado pelo Google Forms após a finalização da coleta, reproduzido no Apêndice C. Os índices apresentados nesta seção, contudo, resultam do tratamento descrito no método e da análise geral realizada no Microsoft Excel, conforme demonstrado no Apêndice D.

Figura 1 — Distribuição do comportamento financeiro pessoal



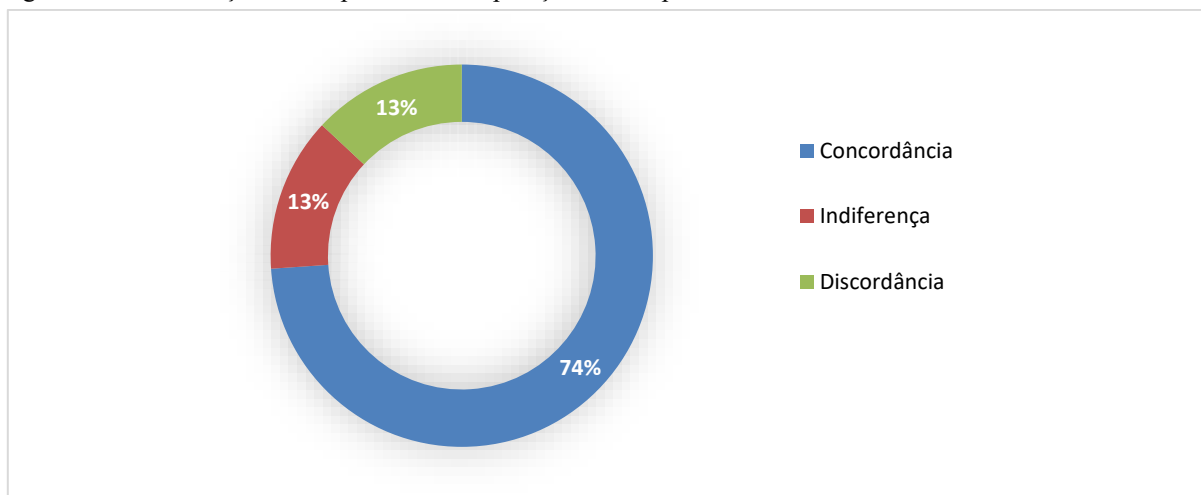
Fonte: Elaboração Própria (2026).

Figura 2 — Distribuição da avaliação da gestão empresarial



Fonte: Elaboração Própria (2026).

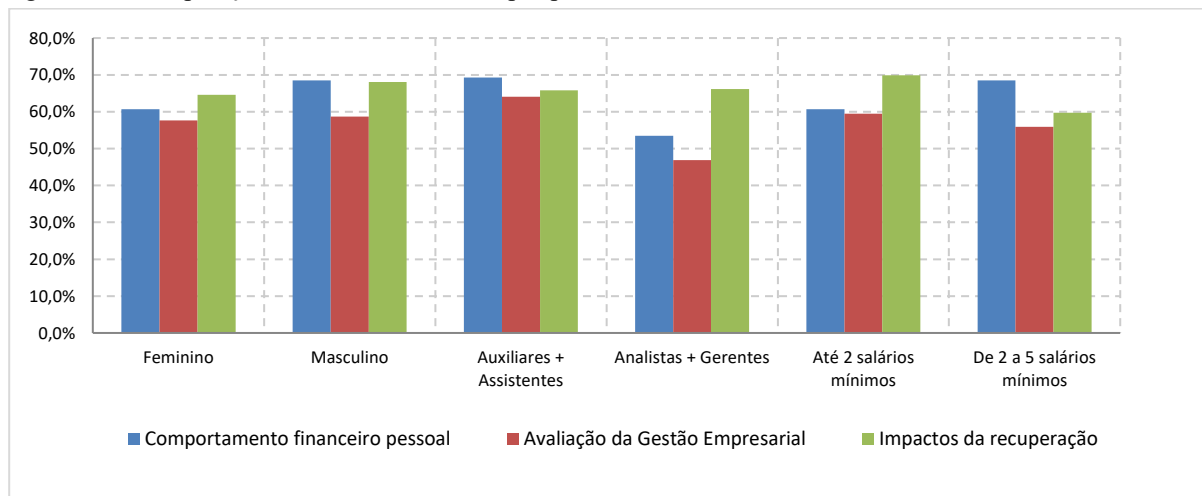
Figura 3 — Distribuição dos impactos da recuperação no comportamento financeiro



Fonte: Elaboração Própria (2026).

A Figura 4 compara os índices de comportamento financeiro pessoal, avaliação da gestão empresarial e impactos da recuperação judicial entre gênero, nível hierárquico e faixa de renda. A análise por perfil foi realizada no Microsoft Excel, conforme demonstrado no Apêndice D. Como os valores expressam médias convertidas para a escala de 0% a 100%, eles devem ser interpretados separadamente dos percentuais de concordância apresentados nas figuras anteriores. A transformação utilizada em todos os índices foi definida no método e aplicada de forma uniforme aos três blocos. $\text{Índice} = [(média - 1) / 4] \times 100$

Figura 4 — Comparação dos índices temáticos por perfil



Fonte: Elaboração Própria (2026).

Os Quadros 4 a 6 mostram que a comparação hierárquica é mais nuançada do que uma diferença geral entre os grupos. No comportamento financeiro pessoal, 80,0% (n = 12) dos 15 auxiliares e assistentes foram classificados em concordância, diante de 50,0% (n = 4) dos oito analistas e gerentes; os índices médios foram de 69,3% e 53,5%, respectivamente. Na avaliação sobre a organização, a concordância alcançou 80,0% (n = 12) no primeiro grupo e 37,5% (n = 3) no segundo, acompanhando índices de 64,0% e 46,9%. Nos impactos da recuperação, entretanto, as distribuições e as médias foram semelhantes: 73,3% (n = 11) e 75,0% (n = 6) de concordância, com índices de 65,8% e 66,1%. Os dados, portanto, não sustentam impactos mais intensos entre trabalhadores operacionais; indicam diferenças nas práticas financeiras positivas e na avaliação da empresa.

Quadro 4 — Comportamento financeiro por perfil

Dimensão	Perfil	Total	Concordância	Indiferença	Discordância
Gênero	Feminino	14	64,3%	0,0%	35,7%
Gênero	Masculino	9	77,8%	0,0%	22,2%
Nível hierárquico	Auxiliares + Assistentes	15	80,0%	0,0%	20,0%
Nível hierárquico	Analistas + Gerentes	8	50,0%	0,0%	50,0%
Renda	Até 2 salários-mínimos	14	71,4%	0,0%	28,6%
Renda	De 2 a 5 salários-mínimos	9	66,7%	0,0%	33,3%

Fonte: Elaboração Própria (2026).

Quadro 5 — Avaliação da gestão empresarial por perfil

Dimensão	Perfil	Total	Concordância	Indiferença	Discordância
Gênero	Feminino	14	64,3%	7,1%	28,6%
Gênero	Masculino	9	66,7%	11,1%	22,2%
Nível hierárquico	Auxiliares + Assistentes	15	80,0%	13,3%	6,7%
Nível hierárquico	Analistas + Gerentes	8	37,5%	0,0%	62,5%
Renda	Até 2 salários-mínimos	14	71,4%	7,1%	21,4%
Renda	De 2 a 5 salários-mínimos	9	55,6%	11,1%	33,3%

Fonte: Elaboração Própria (2026).

Quadro 6 — Impactos da RJ por perfil

Dimensão	Perfil	Total	Concordância	Indiferença	Discordância
Gênero	Feminino	14	71,4%	7,1%	21,4%
Gênero	Masculino	9	77,8%	22,2%	0,0%
Nível hierárquico	Analistas + Gerentes	8	75,0%	12,5%	12,5%
Nível hierárquico	Auxiliares + Assistentes	15	73,3%	13,3%	13,3%
Renda	Até 2 salários-mínimos	14	92,9%	0,0%	7,1%
Renda	De 2 a 5 salários-mínimos	9	44,4%	33,3%	22,2%

Fonte: Elaboração Própria (2026).

Entre os homens ($n = 9$), 77,8% ($n = 7$) foram classificados em concordância no comportamento financeiro pessoal; entre as mulheres ($n = 14$), a proporção foi de 64,3% ($n = 9$). As diferenças foram menores na avaliação da gestão empresarial, com 66,7% ($n = 6$) e 64,3% ($n = 9$), e nos impactos da recuperação, com 77,8% ($n = 7$) e 71,4% ($n = 10$), respectivamente. Na comparação por renda, os indicadores captaram aspectos distintos: entre os participantes com renda de até dois salários-mínimos ($n = 14$), 71,4% ($n = 10$) foram classificados em concordância no comportamento financeiro, diante de 66,7% ($n = 6$) no grupo de dois a cinco salários ($n = 9$), mas o índice médio do primeiro grupo foi inferior (60,7% contra 68,5%). Isso significa que houve mais participantes acima do ponto neutro no primeiro grupo, porém menor intensidade média das respostas. Na perspectiva sobre a organização, a concordância foi de 71,4% ($n = 10$) e 55,6% ($n = 5$); nos impactos, apareceu o maior contraste: 92,9% ($n = 13$) e 44,4% ($n = 4$).

Considerados em conjunto, os resultados evidenciam uma distância entre o controle autodeclarado e a proteção financeira relatada para lidar com imprevistos. Embora 83% ($n = 19$) afirmassem realizar orçamento mensal, apenas cerca de 30% ($n = 7$) possuíam reserva de emergência completa e 43% ($n = 10$) conseguiam poupar parte da renda na maioria dos meses.

Souza (2017) ressalta que a ausência de recursos líquidos, patrimônio ou rede de proteção reduz a capacidade de enfrentar choques e pode intensificar o estresse financeiro. Os dados permitem apenas uma aproximação descritiva entre escolaridade e alfabetização financeira: embora 82,6% da amostra possuísse escolaridade entre o ensino superior incompleto e a pós-graduação, não se observou formação ampla de reservas. O resultado reforça que o domínio do assunto não garante, por si só, escolhas adequadas (Cruz; Brito; Carvalho, 2023).

A busca de alívio imediato diante de emoções negativas pode dificultar decisões voltadas ao futuro (Oliveira; Nobre; Nobre, 2023). No grupo estudado, contudo, 74% (n = 17) das respostas situaram-se em discordância com a afirmação sobre compras impulsivas em momentos de estresse, e 96% (n = 22) indicaram não gastar com jogos de azar. Esses resultados não anulam a fragilidade da proteção financeira: apenas 57% (n = 13) concordaram que sua renda era compatível com seus gastos. A leitura mais consistente é, portanto, a coexistência entre cautela percebida e proteção financeira limitada em parcela relevante dos participantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo geral analisar os impactos da recuperação judicial no comportamento financeiro dos funcionários. Dentro do alcance descritivo adotado, os objetivos foram atendidos: verificaram-se as alterações percebidas no comportamento financeiro dos funcionários associadas à recuperação judicial, avaliaram-se os indicadores de insegurança financeira percebida pelos funcionários e comparou-se a percepção dos impactos entre diferentes níveis hierárquicos. Os resultados respondem à pergunta de pesquisa ao mostrar que os participantes associaram o contexto de recuperação a maior cautela e a manifestações de insegurança, sem que seja possível afirmar causalidade.

O índice relativo aos impactos da recuperação foi o maior dos três blocos (65,9%) e 73,9% de concordância. As respostas mais frequentes foram sentir-se atualmente mais controlado financeiramente (87,0%), controlar mais os gastos em crises empresariais (69,6%) e evitar novas dívidas conforme a situação da empresa (60,9%). Essas práticas coexistiram com ansiedade financeira (60,9%) e receio de desemprego (52,2%), enquanto 43,5% reconheceram diretamente que as incertezas no trabalho haviam alterado seu comportamento. Essa diferença é compatível com a interpretação das finanças comportamentais sobre emoções e percepção de risco, mas o questionário não mediu mecanismos cognitivos diretamente (Silva *et al.*, 2023). Os demais índices foram de 63,8% para comportamento financeiro pessoal e 58,1% para avaliação da gestão empresarial; apenas 30,4% declararam possuir reserva de emergência completa e 43,5% conseguir poupar na maioria dos meses.

Nos perfis hierárquicos, os impactos percebidos foram semelhantes: 73,3% (n = 11) de concordância entre os 15 auxiliares e assistentes e 75,0% (n = 6) entre os oito analistas e gerentes, com índices médios de 65,8% e 66,1%. Os contrastes foram maiores no comportamento financeiro pessoal, com 80,0% (n = 12) e 50,0% (n = 4) de concordância, e na avaliação sobre a empresa, com 80,0% (n = 12) e 37,5% (n = 3). Por renda, o grupo de até dois salários-mínimos (n = 14) apresentou 92,9% (n = 13) de concordância com os impactos, diante de 44,4% (n = 4) no grupo de dois a cinco salários (n = 9). No comportamento financeiro, o primeiro grupo reuniu proporção ligeiramente maior de concordância, 71,4% (n = 10) contra 66,7% (n = 6), apesar do menor índice médio (60,7% contra 68,5%), mostrando que proporção e intensidade captam aspectos distintos. As diferenças de gênero foram menores nos blocos de percepção e impactos. Como não houve testes inferenciais, essas comparações não demonstram diferenças estatisticamente significativas.

Como implicação prática, empresas em recuperação judicial podem incorporar ao processo de reestruturação ações de bem-estar financeiro e comunicação transparente. Educação financeira e orientação sobre orçamento e dívida podem apoiar os trabalhadores diante do estresse, mas não substituem salários regulares, preservação de direitos, transparência ou decisões econômicas consistentes (Souza, 2017; Harder; Braga, 2019). O capital humano precisa ser tratado como parte da continuidade da atividade, e não apenas como destinatário das consequências da crise.

Como contribuição para a literatura de finanças comportamentais, o estudo aplica essa perspectiva a um contexto organizacional específico, marcado por elevada incerteza sobre a continuidade da empresa, o emprego e a renda. Na revisão bibliográfica realizada para este trabalho, não foram identificados estudos que investigassem diretamente a interseção entre recuperação judicial e comportamento financeiro dos funcionários. Desse modo, os resultados oferecem um ponto de partida descritivo para compreender como práticas financeiras e manifestações de insegurança podem coexistir durante a reestruturação empresarial.

As limitações decorrem das 23 respostas de funcionários de três empresas selecionadas por conveniência, do desenho transversal, do anonimato que impediu comparar as organizações, do uso de indicadores descritivos ainda não validados e da avaliação de inteligibilidade restrita a uma pessoa, sem validação psicométrica da escala. Esses fatores restringem generalizações e associações entre perfis.

Um dos avanços deste estudo está na identificação de pontos em que os achados convergiram com o referencial teórico, sobretudo na coexistência entre maior cautela, ansiedade financeira e percepção de risco em um ambiente de incerteza. Essa convergência, somada ao caráter ainda inicial da interseção investigada, reforça a necessidade de continuar explorando o tema de forma mais abrangente. Pesquisas futuras podem ampliar e diversificar a amostra, acompanhar os mesmos trabalhadores em diferentes fases da recuperação, combinar questionários e entrevistas e validar a consistência dos blocos. Também seria útil examinar transparência da comunicação, atrasos salariais, benefícios e fase do processo de recuperação.

REFERÊNCIAS

ANTONIALLI, Fabio; ANTONIALLI, Luiz Marcelo; ANTONIALLI, Renan. Usos e abusos da escala Likert: estudo bibliométrico nos anais do EnANPAD de 2010 a 2015. In: CONGRESSO DE ADMINISTRAÇÃO, SOCIEDADE E INOVAÇÃO, 2016, Juiz de Fora. **Anais [...]**. Juiz de Fora: CASI, 2016. p. 4494–4516. Disponível em: <https://static.even3.com/anais/36723.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2026.

BATISTA, Francisco Bruno Gonçalves; MELO, Bruna Moraes de. A efetividade da Lei de Recuperação Judicial e Falência no Brasil: análise de seus impactos econômicos. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 18, n. 4, e17333, 2025. DOI: <https://doi.org/10.55905/revconv.18n.4-312>. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/17333>. Acesso em: 18 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005**. Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 fev. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111101.htm. Acesso em: 23 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 155, n. 157, p. 59-64, 15 ago. 2018a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm. Acesso em: 28 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.112, de 24 de dezembro de 2020**. Altera as Leis nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, nº 10.522, de 19 de julho de 2002, e nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, para atualizar a legislação referente à recuperação judicial, à recuperação extrajudicial e à falência do empresário e da sociedade empresária. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114112.htm. Acesso em: 22 maio 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **O princípio da preservação da empresa no olhar do STJ**. Brasília, DF, 2 set. 2018b. Disponível em: https://www.stj.jus.br/sites/portaltj/Paginas/Comunicacao/Noticias-antigas/2018/2018-09-02_06-03_O-principio-da-preservacao-da-empresa-no-olhar-do-STJ.aspx. Acesso em: 23 maio 2024.

BRASIL. Receita Federal do Brasil. **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ): dados abertos — cadastro**. Brasília, DF, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/cadastros>. Acesso em: 19 jul. 2026.

COSTA JÚNIOR, João Florêncio da; CABRAL, Eric Lucas dos Santos; SOUZA, Rosana Curvelo de; BEZERRA, Diogo de Menezes Cortês; SILVA, Polyana Tenório de Freitas e. Um estudo sobre o uso da escala de Likert na coleta de dados qualitativos e sua correlação com as ferramentas estatísticas. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 17, n. 1, p. 360–376, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.1-021>. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/4009/2640>. Acesso em: 18 jul. 2026.

CRUZ, Karina Kelen da; BRITO, Mozar José de; CARVALHO, Francisval de Melo. A educação e alfabetização financeira sob a ótica das finanças comportamentais. **Revista Gestão em Análise**, Fortaleza, v. 12, n. 3, p. 121–136, set./dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.12662/2359-618xregea.v12i3.p121-136.2023>. Disponível em:

<https://periodicos.unichristus.edu.br/gestao/article/view/4747>. Acesso em: 12 maio 2026.

CRUZ, Karina Kelen da; PRADO, José Willer do; CARVALHO, Francisval de Melo. O estado da arte em finanças comportamentais: um estudo bibliométrico. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 14, n. 5, p. 7480–7500, 2023. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i5.2133>. Disponível em:

<https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/2133>. Acesso em: 12 maio 2026.

DINIZ, Anna Paula Carvalho. **Bem-estar financeiro: uma análise multifatorial do comportamento maranhense**. 2013. 148 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/4676>. Acesso em: 2 ago. 2026.

FRANZOI, Gabrielle Furlan. O princípio da preservação da empresa e sua aplicabilidade na recuperação judicial. **Revista Foco**, [S. l.], v. 18, n. 5, e8668, 2025. DOI: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v18n5-174>. Disponível em:

<https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/8668>. Acesso em: 18 jul. 2026.

FREITAS, Alessandra Martins de; CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da. Recuperação judicial: itinerários da produção nacional e agenda de pesquisa. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, Curitiba, v. 17, p. 1–19, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5380/rcc.17.98797>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rcc/article/view/98797>. Acesso em: 18 jul. 2026.

G1. **Americanas pede encerramento de recuperação judicial**. 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/03/25/americanas-recuperacao-judicial.ghml>. Acesso em: 12 jul. 2026.

HARDER, E. M.; BRAGA, H. M. C. B. Saúde financeira dos colaboradores: gestão da qualidade de vida no trabalho. **Momentum**, [S. l.], v. 1, n. 17, 2019. DOI: <https://doi.org/10.17648/1678-0795.momentum-v1n17-239>. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/1678-0795.momentum-v1n17-239>. Acesso em: 19 jul. 2026.

KUMMER, Karine; RAMOS, Daniele Pereira; SILVA, Hugo Dias da; SILVA, Mateus Limart Rodrigues; LOPES, Sara Janai Corado; SOUSA, Grazielly Mendes de; MARQUES, Willane Martins; FARIAS, Jackelinne Alves de; RIBEIRO, Nailson Pereira. Finanças comportamentais e a tomada de decisão organizacional. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 22, n. 11, e19952, 2025. DOI: <https://doi.org/10.54033/cadpedv22n11-189>. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/19952>. Acesso em: 12 maio 2026.

LOPES, Washington Luiz Ferreira Dias; SILVA, José Alex Correia da. O legado da pandemia de Covid-19 na recuperação judicial brasileira: um estudo sobre a necessidade e o impacto das flexibilizações das regras da Lei nº 11.101/2005. **Revista Eletrônica do Curso de Direito – PUC Minas Serro**, Serro, v. 15, n. 2, p. 35–43, 2025. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/DireitoSerro/article/view/37666>. Acesso em: 12 jul. 2026.

MEDEIROS, Gabriel Sampaio; PINHEIRO, Carlos Alberto Orge. Finanças comportamentais: uma análise sobre a inadimplência no Brasil no contexto pós-pandemia e o cartão de crédito. **Revista Foco**, [S. l.], v. 18, n. 8, e9386, 2025. DOI: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v18n8-011>. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/9386>. Acesso em: 12 maio 2026.

OLIVEIRA, Carolina Helena Medeiros Alves de; NOBRE, Liana Holanda Nepomuceno; NOBRE, Fábio Chaves. Efeitos das compras por impulso e endividamento pessoal sobre o estresse financeiro. **Retail Management Review**, São Paulo, v. 3, e21, p. 1–18, jan./dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.53946/rmr.v3i1.21>. Disponível em: <https://doi.org/10.53946/rmr.v3i1.21>. Acesso em: 12 maio 2026.

PARAÍBA. Junta Comercial do Estado da Paraíba. **Relatório de empresas em recuperação judicial**. Portal Redesim PB, 2026. Disponível em: <https://www.redesim.pb.gov.br/relatorio-empresas-recuperacao-judicial>. Acesso em: 12 jul. 2026.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça da Paraíba. **Vara de Feitos Especiais da Capital registra aumento de recuperações judiciais de empresas pós-pandemia**. João Pessoa, 24 nov. 2022. Disponível em: <https://www.tjpb.jus.br/w/vara-de-feitos-especiais-da-capital-registra-aumento-de-recupera%C3%A7%C3%B5es-judiciais-de-empresas-p%C3%B3s-pandemia-1>. Acesso em: 12 jul. 2026.

PIMENTA, Eduardo Goulart. Recuperação judicial de empresas: caracterização, avanços e limites. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 151–166, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/revdireitogv/article/view/35219>. Acesso em: 20 maio 2026.

PODER360. **Credores contestam saída da Americanas da recuperação judicial**. 2026. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-economia/credores-contestam-saida-da-americanas-da-recuperacao-judicial/>. Acesso em: 13 jul. 2026.

SANTOS, Tatiana Aparecida Pego dos; JANUÁRIO, Janderson Gabriel de Frota. A recuperação judicial e extrajudicial de empresas: análise dos processos de recuperação judicial e extrajudicial em uma empresa de Manaus a partir das mudanças trazidas pela Lei nº 14.112/2020. **RevistaFT**, [S. l.], v. 29, n. 147, 7 jun. 2025. DOI: <https://doi.org/10.69849/revistaft/ra10202506071916>. Disponível em: <https://revistaft.com.br/a-recuperacao-judicial-e-extrajudicial-de-empresas-analise-dos-processos-de-recuperacao-judicial-e-extrajudicial-em-uma-empresa-de-manaus-a-partir-das-mudancas-trazidas-pela-lei-no-14-112-2020/>. Acesso em: 18 jul. 2026.

SÊNECA, Lúcio Aneu. De providentia. In: SÊNECA, Lúcio Aneu. **Moral essays**. Tradução de John W. Basore. Cambridge, MA: Harvard University Press; London: William Heinemann, 1928. v. 1, p. 2–47. (Loeb Classical Library, 214). Disponível em: <https://archive.org/details/moralessayswith01seneuoft/page/26/>. Acesso em: 18 jul. 2026.

SERASA EXPERIAN. **Recuperações judiciais avançam no Brasil e atingem 2,5 mil empresas em 2025, maior nível da série, aponta Serasa Experian**. São Paulo: Serasa Experian, 7 abr. 2026. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/indicadores>. Acesso em: 7 abr. 2026.

SILVA, Rômulo César Reisdörfer da; BOLIGON, Juliana Andréia Rüdell; CASSOLA, Natali Morgana; VIEIRA, Kelmara Mendes; BECKER, Kalinca Léia. Finanças comportamentais e pessoais: percepções discentes de diferentes áreas. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 3, n. 12, p. 27016–27039, 2023. DOI: <https://doi.org/10.56083/RCV3N12-118>. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/2210>. Acesso em: 12 maio 2026.

SILVA, Thayná Guimarães Oliveira; FONSECA, Alan Sales da; TERRA, Gustavo de Souza; PORTUGAL JÚNIOR, Pedro dos Santos; SANTOS, Jackson Eduardo dos. A importância do plano de recuperação judicial para empresas: um estudo multicaso. **Interação: Revista de Ensino, Pesquisa e Extensão**, Varginha, v. 19, n. 2, p. 144–161, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unis.edu.br/interacao/article/view/143>. Acesso em: 18 jul. 2026.

SILVA, Vinicius Augusto Brunassi; SAMPAIO, Joelson Oliveira; GALLUCCI NETTO, Humberto. Pedidos de recuperação judicial no Brasil: uma explicação com variáveis econômicas. **Revista Brasileira de Finanças**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 429–454, set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rbfin/article/download/69254/74322/162037>. Acesso em: 18 jul. 2026.

SMITH, Marinês Santana Justo; VOLPE, Raquel Souza. Recuperação judicial e planejamento empresarial: uma contribuição para o fomento da função social da empresa. **Revista de Ciências Jurídicas e Empresariais**, [S. l.], v. 25, p. 60–67, 2024. Disponível em: <https://revistajuridicas.pgsscogna.com.br/juridicas/article/view/10819>. Acesso em: 28 out. 2024.

SOUTO, Bernardino Geraldo Alves; KORKISCHKO, Nádia. Validação de pesquisa qualitativa por meio de descrição quantitativa da amostra. **Revista Médica de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 31–38, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://rmmg.org/exportar-pdf/123/v22n1a06.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2026.

SOUZA, Fabio Tosta Gadelha. **Os efeitos do estresse financeiro no ambiente de trabalho brasileiro**. 2017. 55 f. Dissertação (Mestrado em Economia e Finanças) – Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/1a08a9bb-cc50-4b68-99bb-acabaaa43547/content>. Acesso em: 12 maio 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Comissão Especial para Estudos sobre Inteligência Artificial (CEEIA). **Anexo VI – Resolução CEEIA nº 1/2026**: Declaração sobre o uso ou não uso de inteligência artificial. João Pessoa: UFPB, 2026. Disponível em: https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2026235124360d8908298c38a41e4429c/DECLARAO_SOBRE_O_US_O_OU_NO_USO_DE_IA_TCC_CEEIA.pdf. Acesso em: 31 jul. 2026.

VIEIRA, Marli Terezinha; ALMEIDA, Cleyciane Cavalcante; GOMES, Delson Henrique; SOARES FILHO, Valtuir; PORTO JUNIOR, Francisco Gilson Rebouças. Os desafios da aplicabilidade prática da recuperação judicial simplificada: uma análise após a Lei nº 14.112/2020. **Revista DCS**, [S. l.], v. 22, n. 83, p. 1–25, 2025. DOI: <https://doi.org/10.54899/dcs.v22i83.3569>. Disponível em: <https://ojs.revistadcs.com/index.php/revista/article/view/3569>. Acesso em: 18 jul. 2026.

ZANIN, Antônio; KRUGER, Silvana Dalmutt; KAVESKI, Itzhak David Simão; ESPEJO, Márcia Bortolucci. Finanças comportamentais: análise do processo de escolhas gerenciais a partir da Teoria dos Prospectos. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa, v. 12, n. 3, p. 33–46, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2318-1001.2024v12n3.69613>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/recfin/article/view/69613>. Acesso em: 12 maio 2026.

APÊNDICE A

CNPJ	Nome Fantasia	Ramo	Idade	Capital Social
70.120.662/0001-80	ATACADAO DOS ELETROS	COMÉRCIO	32	R\$ 500.000,00
06.194.031/0001-07	ATACADAO DOS PRESENTES	COMERCIO	22	R\$ 100.000,00
28.492.489/0001-85	CENTERPLEX	CINEMA	9	R\$ 10.000,00
20.184.832/0001-12	CHRONUS AUTOMACAO	FABRICAÇÃO	12	R\$ 100.000,00
32.470.000/0001-41	DO DIA SUPERMERCADOS	COMÉRCIO	7	R\$ 1.250.000,00
08.864.917/0001-46	FIBRA CONSTRUTORA	CONSTRUÇÃO	19	R\$ 776.575,00
00.896.853/0001-53	JGA ENGENHARIA	CONSTRUÇÃO	31	R\$ 9.603.000,00
04.517.640/0001-24	PLANC	CONSTRUÇÃO	25	R\$ -
09.578.930/0001-00	PLANC	CONSTRUÇÃO	18	R\$ 260.000,00
10.452.168/0001-91	PLANC	CONSTRUÇÃO	18	R\$ 10.000,00
12.676.425/0001-02	PLANC	CONSTRUÇÃO	39	R\$ -
13.186.741/0001-50	PLANC	CONSTRUÇÃO	15	R\$ 10.000,00
13.186.998/0001-02	PLANC	CONSTRUÇÃO	15	R\$ 10.000,00
15.018.817/0001-64	PLANC	CONSTRUÇÃO	14	R\$ 10.000,00
16.854.745/0001-58	PLANC	CONSTRUÇÃO	14	R\$ 10.000,00
21.160.733/0001-63	PLANC	CONSTRUÇÃO	12	R\$ 10.000,00
07.812.127/0001-54	RED MOBILE	COMERCIO	20	R\$ 450.000,00
09.237.009/0001-95	UNIMED NORTE/NORDESTE	SEGUROS	49	R\$ 2.103.623,00
05.765.913/0001-12	VENDE TUDO MAGAZINE LTDA	COMERCIO	23	R\$ 20.000,00

SITUAÇÃO ESPECIAL: RECUPERACAO JUDICIAL

APÊNDICE B

Trabalho de Conclusão de Curso - UFPB

Este questionário on-line faz parte da execução do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "Impacto da Recuperação Judicial no Comportamento Financeiro dos Funcionários de Empresas em João Pessoa/PB", desenvolvido sob orientação da Professora Tathiane de Oliveira da Silva. A pesquisa respeita as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 57/2025 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Sua participação é voluntária e consiste exclusivamente no preenchimento deste questionário. Não serão solicitados dados pessoais que permitam sua identificação, tais como nome, CPF, e-mail, telefone ou qualquer outra informação individual sensível. Os dados coletados serão tratados em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018), sendo utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos relacionados a esta pesquisa. As respostas serão analisadas de forma agregada e estatística, preservando integralmente o anonimato dos participantes. Nenhuma resposta individual será divulgada ou disponibilizada para acesso público, e os resultados apresentados no trabalho não permitirão a identificação de qualquer participante ou das organizações pesquisadas

* Indica uma pergunta obrigatória

1. **Declaro: ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Estar ciente das informações acima e participar voluntariamente
- ☐ Não concordo em participar da pesquisa

Tempo total de resposta de 4 a 8 minutos

Perfil

Tempo total para responder a sessão: de 1 a 2 minutos

2. **Idade ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ até 25 anos
- ☐ 26 a 35 anos
- ☐ 36 a 45 anos
- ☐ 46 anos ou mais

3. **Gênero ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino
- ☐ Prefiro não informar

4. **Estado civil ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Solteiro(a)
- ☐ Casado(a) / União estável
- ☐ Outro

5. **Dependentes**

*

considere dependente qualquer pessoa que dependa total ou parcialmente da sua renda para viver

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nenhum
- ☐ 1
- ☐ 2
- ☐ 3 ou mais
- ☐ Prefiro não informar

6. **Escolaridade ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Ensino Fundamental
- ☐ Ensino Médio
- ☐ Superior Incompleto
- ☐ Superior Completo
- ☐ Pós / MBA / Mestrado
- ☐ Doutorado / Ph.D
- ☐ Outro:

7. **Renda ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Até 2 salários mínimos
- ☐ De 2 a 5 salários
- ☐ De 5 a 10 salários
- ☐ Acima de 10 salários

8. **Tempo de empresa ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Menos de 1 ano
- ☐ De 1 a 3 anos
- ☐ De 4 a 7 anos
- ☐ Mais de 7 anos
- ☐ Prefiro não informar

9. **Nível hierárquico ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Auxiliar
- ☐ Assistente
- ☐ Analista
- ☐ Supervisão
- ☐ Coordenação
- ☐ Gerência
- ☐ Diretoria

Comportamento Financeiro

Você deve responder como enxerga seu próprio comportamento financeiro. As respostas estão classificadas de 1 a 5 onde 1 significa Discordo totalmente e 5 significa Concordo totalmente

Tempo total para responder essa sessão: de 1 a 2 minutos

10. **Costumo realizar orçamento mensal ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disc	☐	☐	☐	☒	☐	Concordo totalmente

11. **Possuo uma Reserva de Emergência completa ***

Reserva = custos fixos mensais dos próximos 6 meses

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disc	☐	☐	☐	☒	☐	Concordo totalmente

12. **Na maioria dos meses consigo poupar parte da renda ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disc	☐	☐	☐	☒	☐	Concordo totalmente

13. **Raramente necessito de recorrer à créditos ou empréstimos ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disc	☐	☐	☐	☒	☐	Concordo totalmente

14. **Costumo poupar antes de adquirir um bem de valor elevado ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disc	☐	☐	☐	☒	☐	Concordo totalmente

15. **Considero que meus gastos estão equilibrados com a minha renda ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disc	☐	☐	☐	☒	☐	Concordo totalmente

16. **Costumo gastar parte da renda com jogos de azar ***

Exemplos: Bet, Tigrinho, Cassino

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disc	☐	☐	☐	☒	☐	Concordo totalmente

Situação da empresa

As respostas estão classificadas de 1 a 5 onde 1 significa **Discordo totalmente** e 5 significa **Concordo totalmente**

Tempo total para responder essa sessão: de 1 a 2 minutos

17. A empresa possui um planejamento claro e consistente *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disc	☐	☐	☒	☐	☐	Concordo totalmente

18. Existe um rígido controle orçamentário na empresa *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disc	☐	☐	☐	☒	☐	Concordo totalmente

19. Os líderes e gestores escutam feedback dos funcionários *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disc	☐	☐	☐	☒	☐	Concordo totalmente

20. A empresa precisou demitir parte dos funcionários *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disc	☐	☐	☐	☒	☐	Concordo totalmente

21. **A comunicação interna funciona bem ***

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Disc ☐ ☐ ☐ ☒ ☐ Concorde totalmente

22. Na maioria dos dias de me sinto sobrecarregado *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Disc ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

23. **A empresa possui uma alta capacidade de adaptação ***

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Disc ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

Mudanças no comportamento

As resposta estão classificadas de 1 a 5 onde 1 significa Discordo totalmente e 5 significa Concordo totalmente

Tempo total para responder essa sessão: de 1 a 2 minutos

24. **Controlo mais meus gastos em momentos de crise da empresa ***

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Disc ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ Concordo totalmente

25. **Busco diversificar minhas fontes de renda ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disc	☐	☐	☐	☒	☐	Concordo totalmente

26. **Tenho receio de perder meu emprego ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disc	☐	☐	☐	☒	☐	Concordo totalmente

27. **Evito assumir novas dívidas dependendo da situação da empresa ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disc	☐	☐	☐	☒	☐	Concordo totalmente

28. **Me sinto mais ansioso por questões financeiras ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Disc	☐	☐	☐	☒	☐	Concordo totalmente

29. **Em momentos de estresse faço mais compras impulsivas ***

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Disc ☐ ☐ ☐ ☒ ☐ Concordo totalmente

30. **As incertezas no trabalho alteraram meu comportamento financeiro ***

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Disc ☐ ☐ ☐ ☒ ☐ Concordo totalmente

31. **Atualmente me considero mais controlado(a) financeiramente ***

Marcar apenas uma oval.

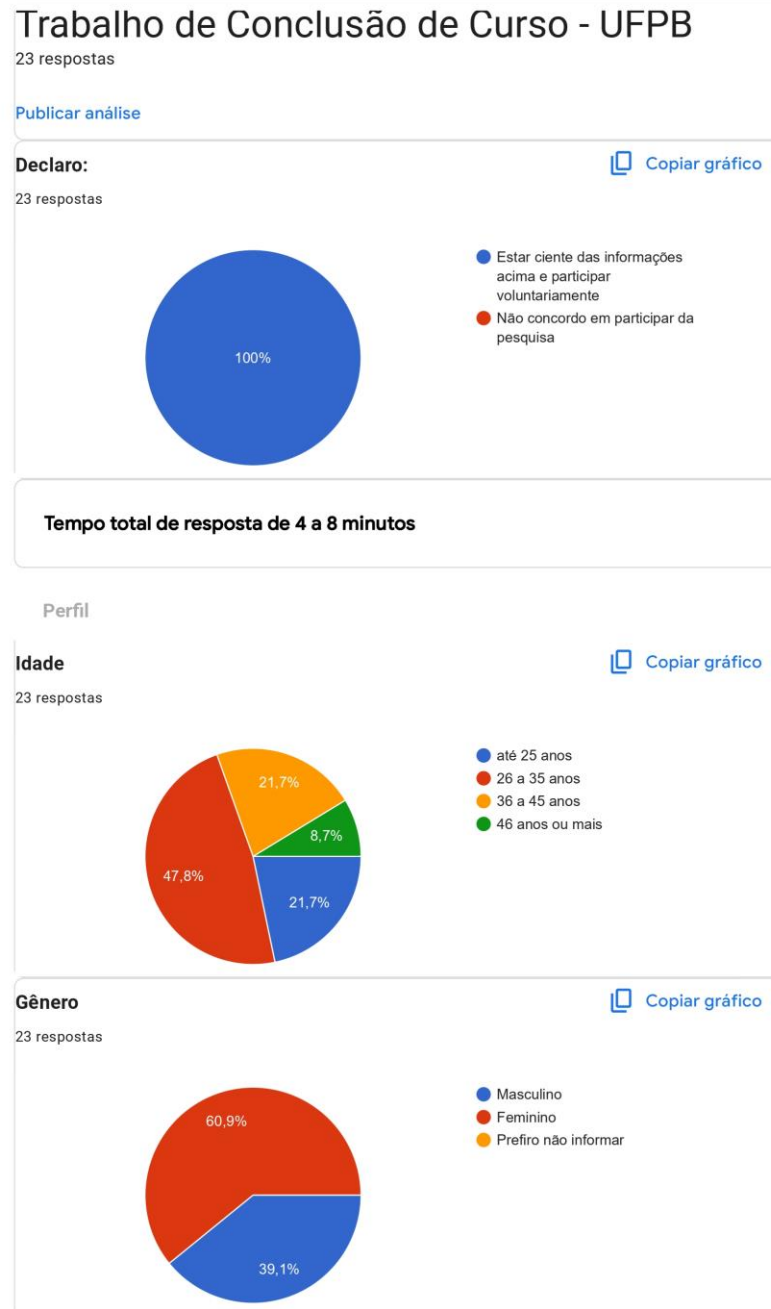
1 2 3 4 5

Disc ☐ ☐ ☐ ☐ ☒ Concordo totalmente

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

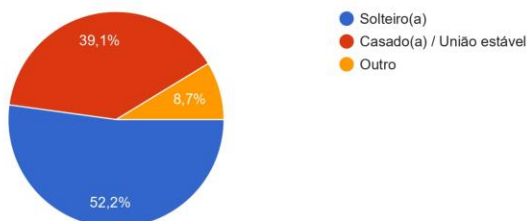
Google Formulários

APÊNDICE C



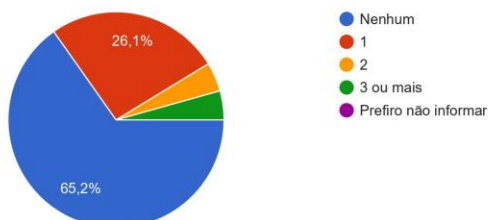
Estado civil[Copiar gráfico](#)

23 respostas

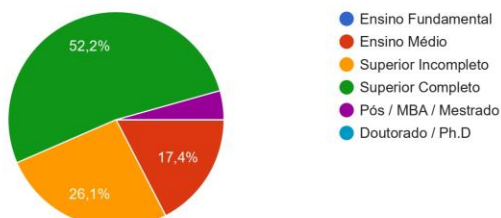
**Dependentes**[Copiar gráfico](#)

considere dependente qualquer pessoa que dependa total ou parcialmente da sua renda para viver

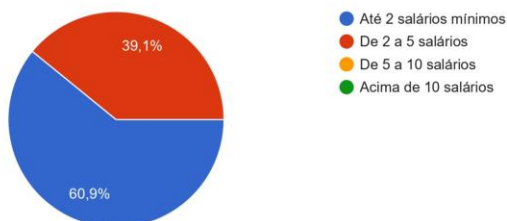
23 respostas

**Escolaridade**[Copiar gráfico](#)

23 respostas

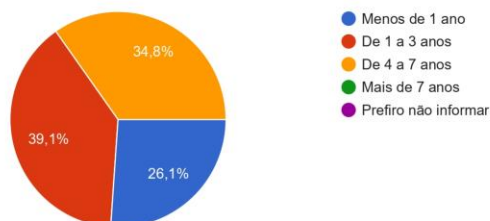
**Renda**[Copiar gráfico](#)

23 respostas

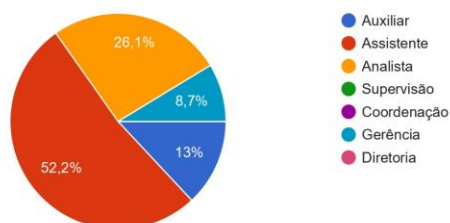


Tempo de empresa[Copiar gráfico](#)

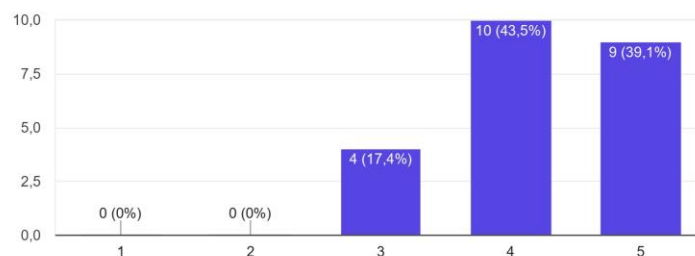
23 respostas

**Nível hierárquico**[Copiar gráfico](#)

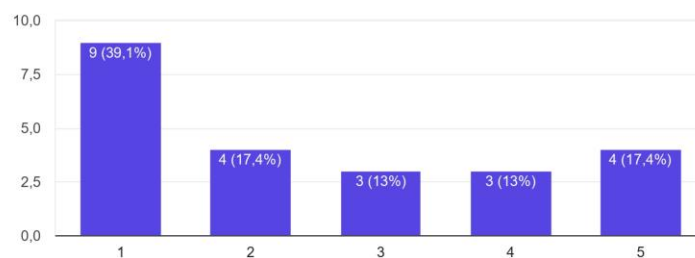
23 respostas

**Comportamento Financeiro****Costumo realizar orçamento mensal**[Copiar gráfico](#)

23 respostas

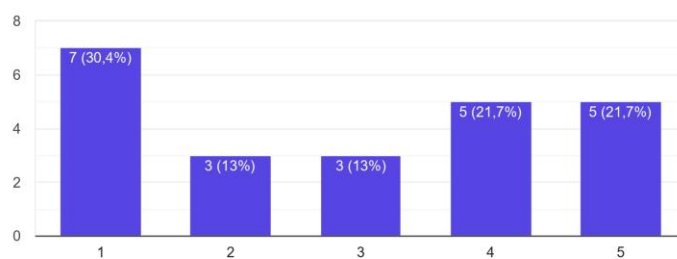
**Possuo uma Reserva de Emergência completa**[Copiar gráfico](#)*Reserva = custos fixos mensais dos próximos 6 meses*

23 respostas

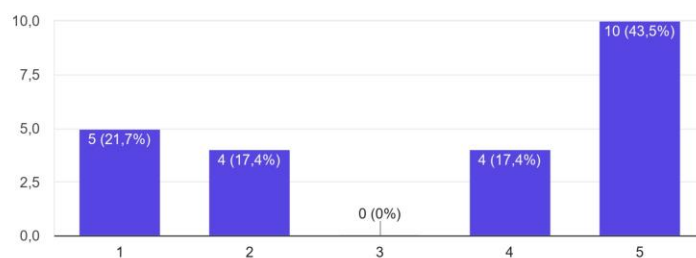


Na maioria dos meses consigo poupar parte da renda Copiar gráfico

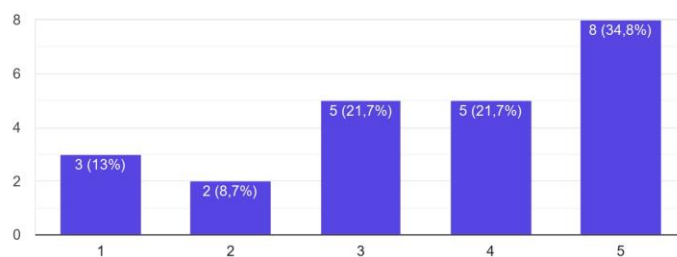
23 respostas

**Raramente necessito de recorrer à créditos ou empréstimos** Copiar gráfico

23 respostas

**Costumo poupar antes de adquirir um bem de valor elevado** Copiar gráfico

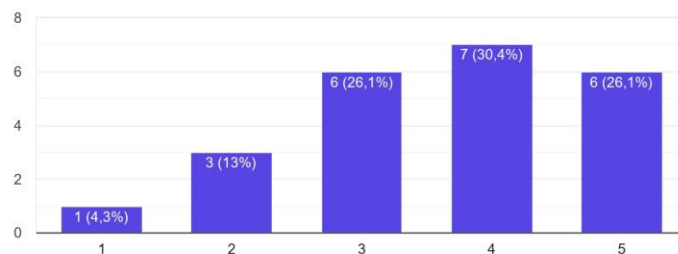
23 respostas



Considero que meus gastos estão equilibrados com a minha renda

 Copiar gráfico

23 respostas

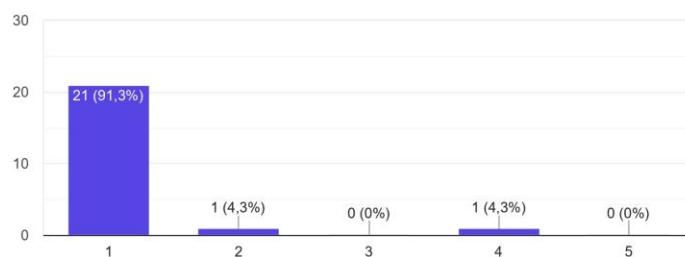


Costumo gastar parte da renda com jogos de azar

 Copiar gráfico

Exemplos: Bet, Tigrinho, Cassino

23 respostas

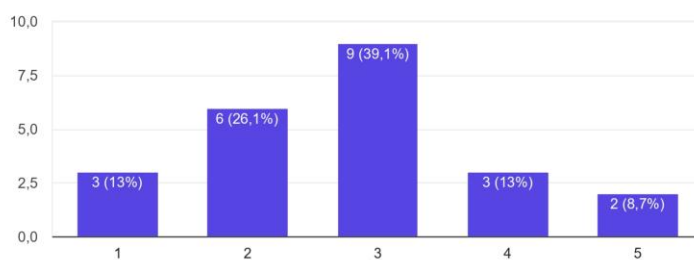


Situação da empresa

A empresa possui um planejamento claro e consistente

 Copiar gráfico

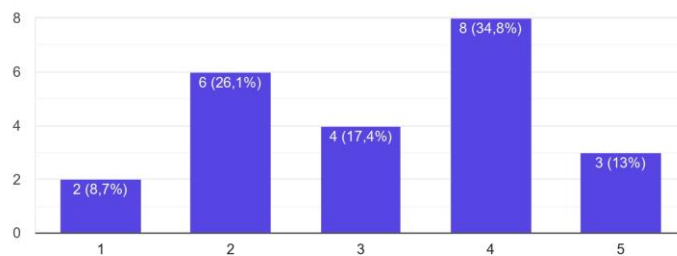
23 respostas



Existe um rígido controle orçamentário na empresa

 Copiar gráfico

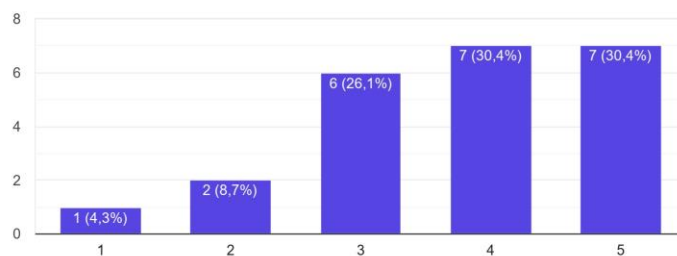
23 respostas



Os líderes e gestores escutam feedback dos funcionários

 Copiar gráfico

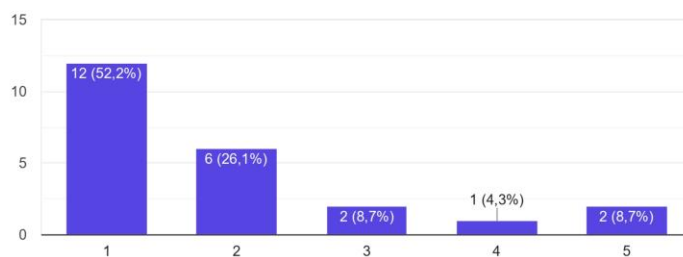
23 respostas



A empresa precisou demitir parte dos funcionários

 Copiar gráfico

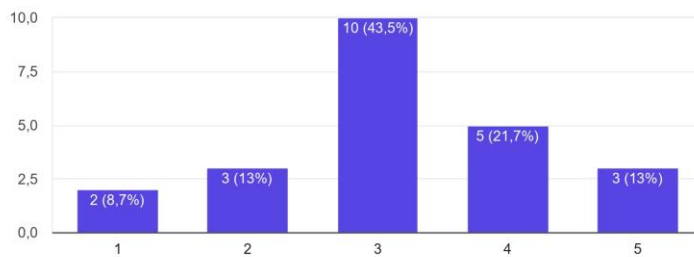
23 respostas



A comunicação interna funciona bem

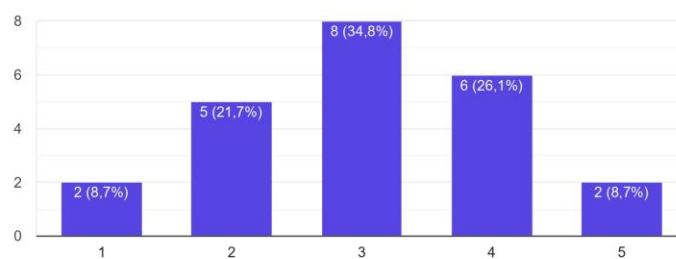
 Copiar gráfico

23 respostas

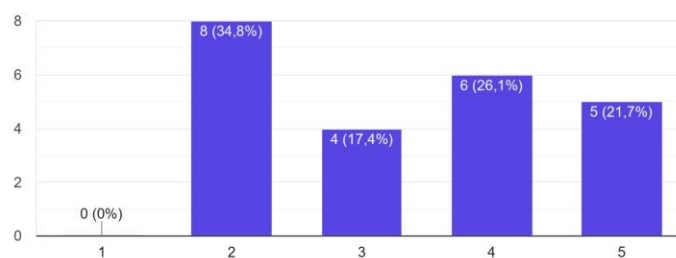


Na maioria dos dias de me sinto sobrecarregado Copiar gráfico

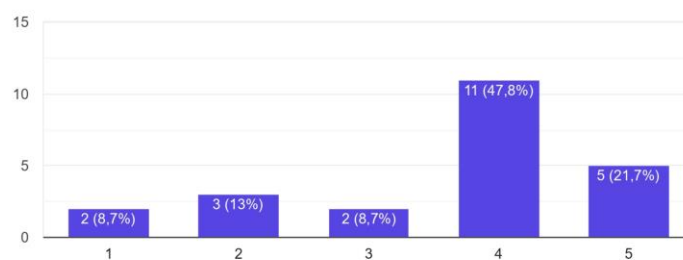
23 respostas

**A empresa possui uma alta capacidade de adaptação** Copiar gráfico

23 respostas

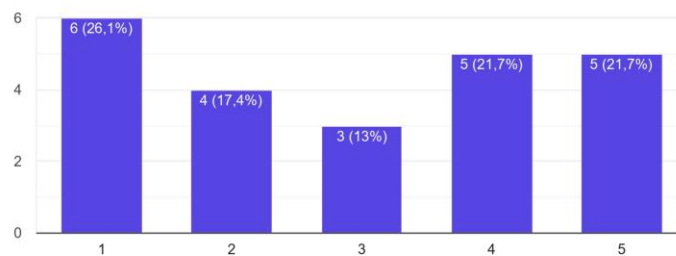
**Mudanças no comportamento****Controlo mais meus gastos em momentos de crise da empresa** Copiar gráfico

23 respostas

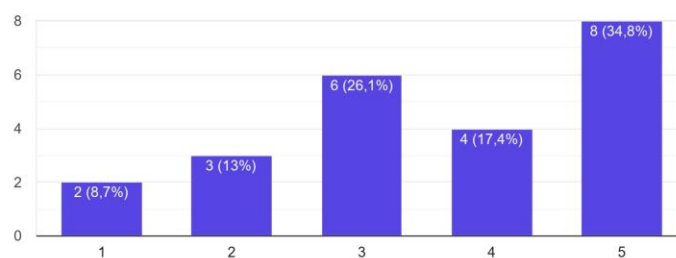


Busco diversificar minhas fontes de renda[Copiar gráfico](#)

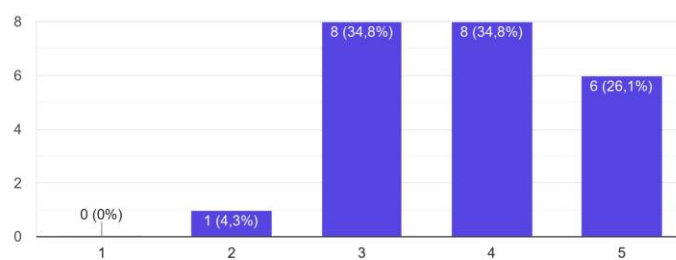
23 respostas

**Tenho receio de perder meu emprego**[Copiar gráfico](#)

23 respostas

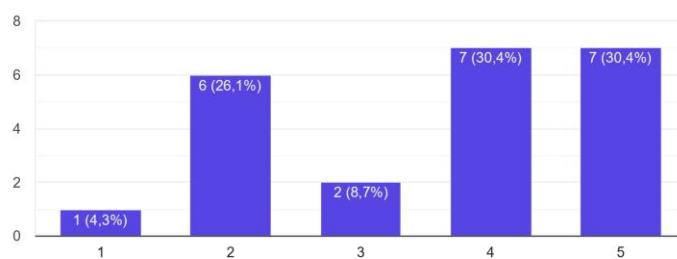
**Evito assumir novas dívidas dependendo da situação da empresa**[Copiar gráfico](#)

23 respostas

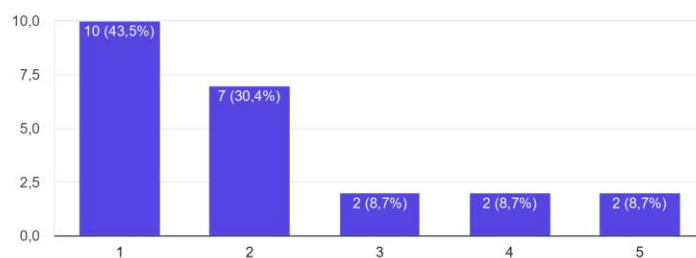


Me sinto mais ansioso por questões financeiras[Copiar gráfico](#)

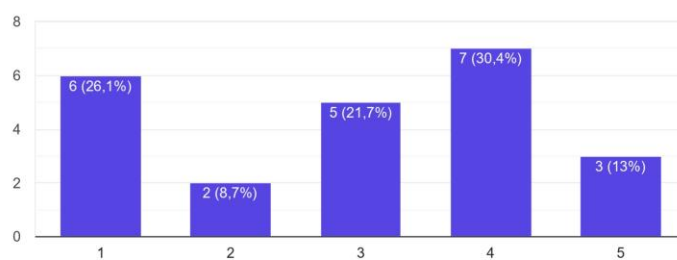
23 respostas

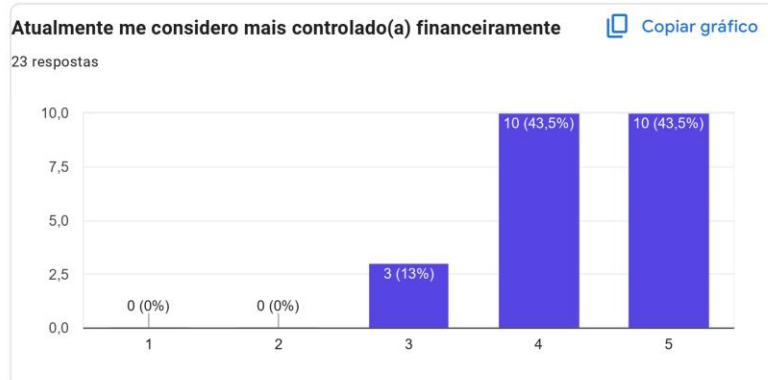
**Em momentos de estresse faço mais compras impulsivas**[Copiar gráfico](#)

23 respostas

**As incertezas no trabalho alteraram meu comportamento financeiro**[Copiar gráfico](#)

23 respostas





Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. - [Entre em contato com o proprietário do formulário](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Este formulário parece suspeito? [Denunciar](#)

Google Formulários



APÊNDICE D

Análise geral

Todos os respondentes, sem distinguir por agrupamento socio demográfico

Ordem	Pergunta	Tipo	Bloco	Média	Desvio	Mediana	Moda	Concordam	
9	Costumo realizar orçamento mensal	Normal	Comportamento	4,2	0,7	4	4	83%	19
10	Possuo uma Reserva de Emergência completa	Normal	Comportamento	2,5	1,5	2	1	30%	7
11	Na maioria dos meses consigo poupar parte da renda	Normal	Comportamento	2,9	1,6	3	1	43%	10
12	Raramente necessito de recorrer à créditos ou empréstimos	Normal	Comportamento	3,4	1,7	4	5	61%	14
13	Costumo poupar antes de adquirir um bem de valor elevado	Normal	Comportamento	3,6	1,4	4	5	57%	13
14	Considero que meus gastos estão equilibrados com a minha renda	Normal	Comportamento	3,6	1,1	4	4	57%	13
15	Costumo gastar parte da renda com jogos de azar	Reversa	Comportamento	4,8	0,6	5	5	96%	22
24	Busco diversificar minhas fontes de renda	Normal	Comportamento	3,0	1,5	3	1	43%	10
28	Em momentos de estresse faço mais compras impulsivas	Reversa	Comportamento	3,9	1,3	4	5	74%	17
16	A empresa possui um planejamento claro e consistente	Normal	Empresa	2,8	1,1	3	3	22%	5
17	Existe um rígido controle orçamentário na empresa	Normal	Empresa	3,2	1,2	3	4	48%	11
18	Os líderes e gestores escutam feedback dos funcionários	Normal	Empresa	3,7	1,1	4	5	61%	14
19	A empresa precisou demitir parte dos funcionários	Reversa	Empresa	4,1	1,2	5	5	78%	18
20	A comunicação interna funciona bem	Normal	Empresa	3,2	1,1	3	3	35%	8
21	Na maioria dos dias de me sinto sobrecarregado	Reversa	Empresa	3,0	1,1	3	3	30%	7
22	A empresa possui uma alta capacidade de adaptação	Normal	Empresa	3,3	1,2	3	2	48%	11
29	As incertezas no trabalho alteraram meu comportamento financeiro	Normal	Impactos	3,0	1,4	3	4	43%	10
23	Controlo mais meus gastos em momentos de crise da empresa	Normal	Impactos	3,6	1,2	4	4	70%	16
25	Tenho receio de perder meu emprego	Normal	Impactos	3,6	1,3	4	5	52%	12
26	Evito assumir novas dívidas dependendo da situação da empresa	Normal	Impactos	3,8	0,9	4	3	61%	14
27	Me sinto mais ansioso por questões financeiras	Normal	Impactos	3,6	1,3	4	5	61%	14
30	Atualmente me considero mais controlado(a) financeiramente	Normal	Impactos	4,3	0,7	4	5	87%	20

Coluna E: média das 23 respostas da aba respostas retirada do forms

Ex: "=MÉDIA(I2:I24)"

Coluna F: desvio padrão das 23 respostas da aba respostas retirada do forms

Ex: "=DESV.PAD.P(I2:I24)"

Coluna G: mediana das 23 respostas da aba respostas retirada do forms

Ex: "=MED(I2:I24)"

Coluna H: moda das 23 respostas da aba respostas retirada do forms

Ex: "=MODO(I2:I24)"

Coluna J: nº de respostas da aba respostas retirada do forms acima de 3

Ex: "=CONT.SE(I2:I24;">3")"

Coluna I: % do nº de respostas

Ex: "=(J4/23)"

Índice por perfil - Gênero x Hierárquico x Renda

Bloco de respostas = média da soma das respostas por pessoa (já considerando as reversas) dividido pelo total de perguntas do bloco
Índice = Bloco de respostas transformado em por centagem, média 1 = 0%; média 3 = 50%, média 5 = 100%

Resposta	Grupo gênero	Grupo hierárquico	Grupo de renda	Índice comportamento (0-100)	Índice Empresa (0-100)	Índice Impactos (0-100)
1	Feminino	Auxiliares + Assistentes	Até 2 salários mínimos	88,9%	78,6%	75,0%
2	Masculino	Auxiliares + Assistentes	Até 2 salários mínimos	69,4%	64,3%	58,3%
3	Masculino	Auxiliares + Assistentes	Até 2 salários mínimos	58,3%	60,7%	66,7%
4	Masculino	Auxiliares + Assistentes	De 2 a 5 salários mínimos	80,6%	50,0%	95,8%
5	Masculino	Auxiliares + Assistentes	De 2 a 5 salários mínimos	63,9%	82,1%	50,0%
6	Feminino	Auxiliares + Assistentes	De 2 a 5 salários mínimos	88,9%	64,3%	37,5%
7	Feminino	Auxiliares + Assistentes	Até 2 salários mínimos	38,9%	57,1%	87,5%
8	Feminino	Auxiliares + Assistentes	Até 2 salários mínimos	86,1%	92,9%	79,2%
9	Feminino	Auxiliares + Assistentes	Até 2 salários mínimos	47,2%	53,6%	66,7%
10	Feminino	Auxiliares + Assistentes	De 2 a 5 salários mínimos	38,9%	35,7%	50,0%
11	Feminino	Auxiliares + Assistentes	Até 2 salários mínimos	72,2%	60,7%	41,7%
12	Masculino	Auxiliares + Assistentes	De 2 a 5 salários mínimos	83,3%	71,4%	58,3%
13	Feminino	Auxiliares + Assistentes	Até 2 salários mínimos	63,9%	50,0%	58,3%
14	Feminino	Auxiliares + Assistentes	Até 2 salários mínimos	61,1%	60,7%	75,0%
15	Masculino	Auxiliares + Assistentes	De 2 a 5 salários mínimos	97,2%	78,6%	87,5%
16	Feminino	Analistas + Gerentes	Até 2 salários mínimos	41,7%	39,3%	58,3%
17	Masculino	Analistas + Gerentes	De 2 a 5 salários mínimos	77,8%	32,1%	50,0%
18	Feminino	Analistas + Gerentes	Até 2 salários mínimos	72,2%	67,9%	79,2%
19	Feminino	Analistas + Gerentes	Até 2 salários mínimos	52,8%	32,1%	87,5%
20	Masculino	Analistas + Gerentes	Até 2 salários mínimos	44,4%	35,7%	75,0%
21	Feminino	Analistas + Gerentes	Até 2 salários mínimos	52,8%	78,6%	70,8%
22	Masculino	Analistas + Gerentes	De 2 a 5 salários mínimos	41,7%	53,6%	70,8%
23	Feminino	Analistas + Gerentes	De 2 a 5 salários mínimos	44,4%	35,7%	37,5%

Coluna N: índice da média das 9 respostas desse bloco; Ex: " $=(MÉDIA(I2:Q2)-1)/4$ "

Coluna O: índice da média das 7 respostas desse bloco; Ex: " $=(MÉDIA(R2:X2)-1)/4$ "

Coluna P: índice da média das 6 respostas desse bloco; Ex: " $=(MÉDIA(Y2:AD2)-1)/4$ "